

## 5 CONDIÇÕES DE BEM-ESTAR NA BACIA DO RIO GUARIBAS

A aferição das condições de desenvolvimento para o espaço socioeconômico e ambiental da bacia do Guaribas realizou-se a partir da determinação de elementos essenciais à reprodução do contingente populacional, ressaltando as possibilidades de exercício do seu potencial de realização pessoal a partir do atendimento de suas necessidades básicas. Sob essa ótica, as dimensões averiguadas são elementos que possibilitam não só a sua reprodução, mas o alcance de ganhos de perspectiva, de crescimento pessoal e de participação efetiva no meio social em que se inserem.

O IDSG busca estabelecer critérios de investigação da qualidade de vida das populações nessa bacia hidrográfica, mensurando aspectos básicos das condições de vida das pessoas, como o reconhecimento do tecido social em que figuram, as relações econômicas que estabelecem e os serviços públicos básicos a que têm acesso; não ignorando que todas as relações humanas coexistem com o meio natural, que, mantidas as condições de equilíbrio, se mostra como elemento fundamental no exercício das liberdades individuais, tão caras a qualquer sociedade.

O IDSG se compõe de cinco dimensões representativas das condições de vida desses municípios. As dimensões **Educação**, **Saúde**, **Condições Econômicas**, **Condições de Trabalho** e **Condições Ambientais** devem refletir quão assistidas estão as populações em suas necessidades de existência, formação de cidadania e meio social adequado à sua realização pessoal e coletiva, o que corrobora a perspectiva de que o desenvolvimento econômico se justifica à medida em que beneficia as pessoas, idéia central do paradigma do desenvolvimento humano sustentável.

Os valores do IDSG, para cada um dos municípios analisados se situam entre 0 (zero) e 1 (um), que representam, respectivamente, uma situação de precariedade plena de condições de vida ou uma de atendimento das necessidades elementares das populações em

estudo<sup>22</sup>. Essa padronização visa converter os valores de cada variável em um indicador simples, homogêneo para todas as dimensões, a ser ponderado na composição final do índice.

Desta forma, classificaram-se os municípios, segundo os seus índices, nas seguintes categorias:

|                               |                       |
|-------------------------------|-----------------------|
| $0 \leq \text{IDSG} < 0,5$    | Baixo desenvolvimento |
| $0,5 \leq \text{IDSG} < 0,8$  | Médio desenvolvimento |
| $0,8 \leq \text{IDSG} \leq 1$ | Alto desenvolvimento  |

A obtenção de valores abaixo de 0,5 deve conduzir à reflexão sobre as vulnerabilidades encontradas e a busca de alternativas que possam remir as populações de tal estágio. Situação inversa, ou seja, o alcance de valores acima de 0,8, indica que as condições básicas de existência estão sendo atendidas, possibilitando a mobilização na busca de outros níveis de realização, como o pleno acesso à Justiça, os ideais de direitos humanos, participação política mais efetiva, dentre outros instrumentos de alcance do pleno desenvolvimento humano.

No processo de análise do IDSG, ponderando as condições díspares entre os municípios, optou-se por estabelecer cinco agrupamentos de tamanho de população: até 4.000 habitantes, entre 4.000 e 8.000 habitantes, entre 8.000 e 15.000 habitantes, entre 15.000 e 25.000; mais de 25.000 habitantes. A apreciação dos dados se realizou do maior para o menor contingente populacional. (Tabela 2).

---

<sup>22</sup> Ver APÊNDICES A, B, C, D, E sobre os dados brutos, tratados em 5.

**Tabela 2 – Agrupamento dos municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas, segundo o tamanho da população – 2000.**

| <b>Grupo</b> | <b>Município</b>        | <b>População residente<br/>(habitantes)</b> |
|--------------|-------------------------|---|
| 1            | Picos                   | 68.974                                      |
| 2            | Pio IX                  | 16.505                                      |
| 3            | Fronteiras              | 10.012                                      |
| 4            | Alagoinha do Piauí      | 6.868                                       |
|              | Alegrete do Piauí       | 4.713                                       |
|              | Bocaina                 | 4.208                                       |
|              | Campo Grande do Piauí   | 4.882                                       |
|              | Francisco Santos        | 7.043                                       |
|              | Geminiano               | 4.790                                       |
|              | Monsenhor Hipólito      | 6.764                                       |
|              | Santana do Piauí        | 4.595                                       |
|              | Santo Antônio de Lisboa | 5.154                                       |
|              | São João da Canabrava   | 4.240                                       |
|              | São José do Piauí       | 6.706                                       |
|              | São Julião              | 5.700                                       |
|              | Sussuapara              | 5.042                                       |
| 5            | São Luís do Piauí       | 2.488                                       |
|              | Vila Nova do Piauí      | 2.906                                       |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Desta forma, os municípios mais populosos – Picos (68.974 hab), Pio IX (16.505 hab) e Fronteiras (10.012 hab) – são abordados isoladamente, enquanto os demais, menos populosos, foram distribuídos em dois grupos<sup>23</sup>.

## 5.1 A EDUCAÇÃO

A **Dimensão Educação** busca captar a formação de capital humano, catalisador de alterações sociais nos mais diversos níveis e promotor do desenvolvimento. O acúmulo de conhecimentos é condição necessária e indispensável para que se alcance um estágio de satisfação das necessidades básicas e agregação de ganhos qualitativos na vida de uma sociedade. O acesso à educação, portanto, converge para que todos os demais aspectos sociais sejam melhorados, uma vez que minoram as condições insalubres, com redução de

<sup>23</sup> Os dados que complementam a análise neste capítulo foram extraídos de Silva Filho (2002).

endemias; há ganhos de renda; melhoria nas condições de trabalho; além da possibilidade de entender e agir de forma mais construtiva no espaço em que se vive.

O Índice Parcial de Educação (I-EDUC) para a bacia do Guaribas é composto pela agregação das variáveis *taxa percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas* e a *taxa bruta de frequência escolar*, com a seguinte ponderação:

$$I-EDUC = 0,6(I-Alf) + 0,4(I-Freq)$$

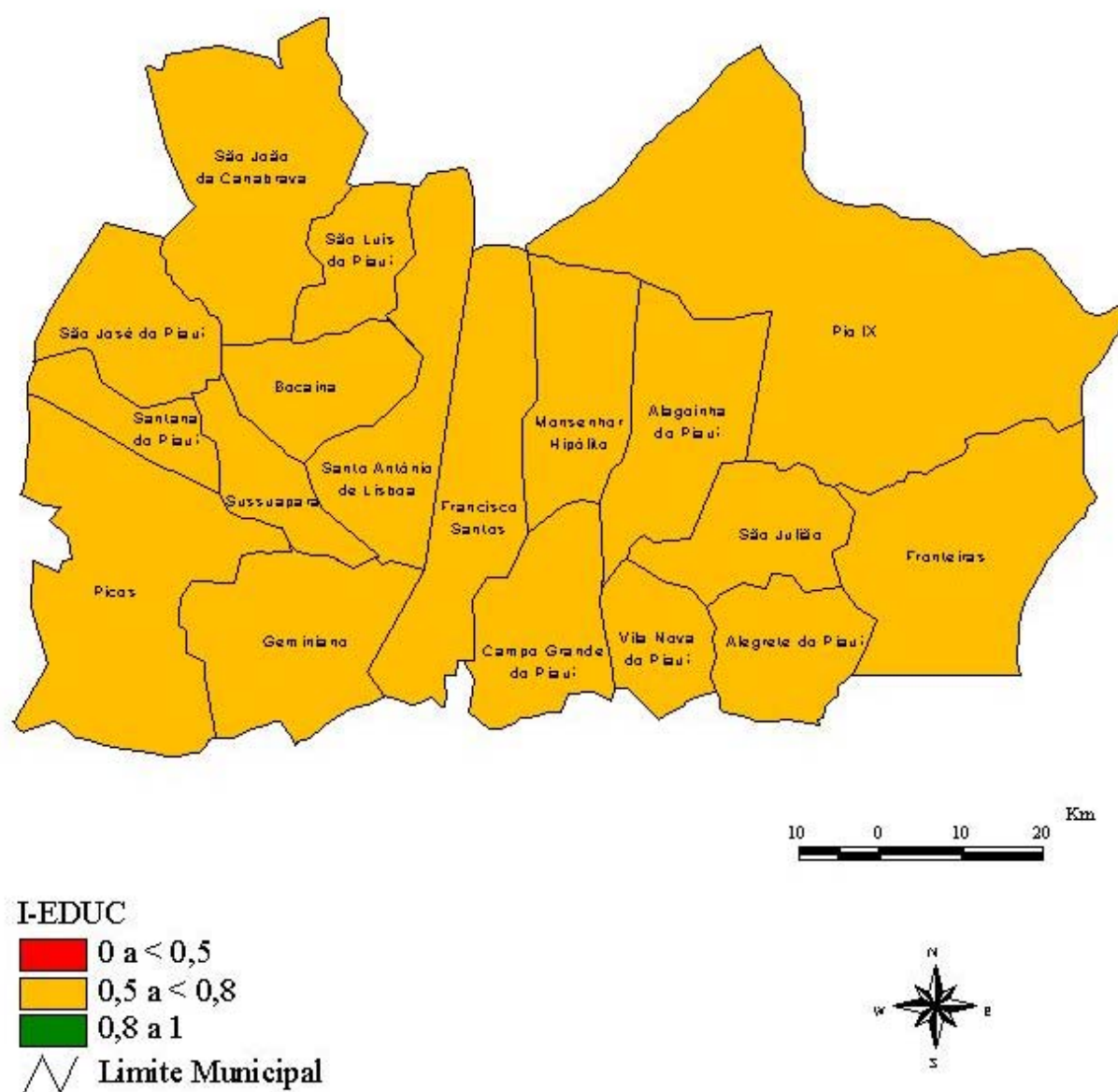
Os valores obtidos para essa dimensão indicam que os municípios da Bacia apresentam condições médias de educação para todos os seus municípios (Tabela 3).

**Tabela 3 – Índice Parcial de Educação (I-EDUC) para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

| Grupo | Unidade Geográfica      | I-Alf        | I-Freq       | I-EDUC       |
|-------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| 1     | Picos                   | 0,736        | 0,789        | 0,757        |
| 2     | Pio IX                  | 0,540        | 0,742        | 0,621        |
| 3     | Fronteiras              | 0,603        | 0,734        | 0,655        |
| 4     | Alagoinha do Piauí      | 0,485        | 0,747        | 0,590        |
|       | Alegrete do Piauí       | 0,522        | 0,737        | 0,608        |
|       | Bocaina                 | 0,684        | 0,806        | 0,732        |
|       | Campo Grande do Piauí   | 0,550        | 0,746        | 0,629        |
|       | Francisco Santos        | 0,642        | 0,707        | 0,668        |
|       | Geminiano               | 0,538        | 0,727        | 0,613        |
|       | Monsenhor Hipólito      | 0,577        | 0,720        | 0,634        |
|       | Santana do Piauí        | 0,576        | 0,701        | 0,626        |
|       | Santo Antônio de Lisboa | 0,662        | 0,717        | 0,684        |
|       | São João da Canabrava   | 0,583        | 0,733        | 0,643        |
|       | São José do Piauí       | 0,561        | 0,620        | 0,585        |
|       | São Julião              | 0,561        | 0,800        | 0,656        |
|       | Sussuapara              | 0,623        | 0,767        | 0,680        |
| 5     | São Luís do Piauí       | 0,547        | 0,734        | 0,622        |
|       | Vila Nova do Piauí      | 0,583        | 0,801        | 0,670        |
| -     | <b>Bacia</b>            | <b>0,587</b> | <b>0,740</b> | <b>0,649</b> |

Fonte: PNUD/IPEA/FJP, Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A classificação dos municípios segundo o seu I-EDUC pode ser visualizada no Mapa 2.



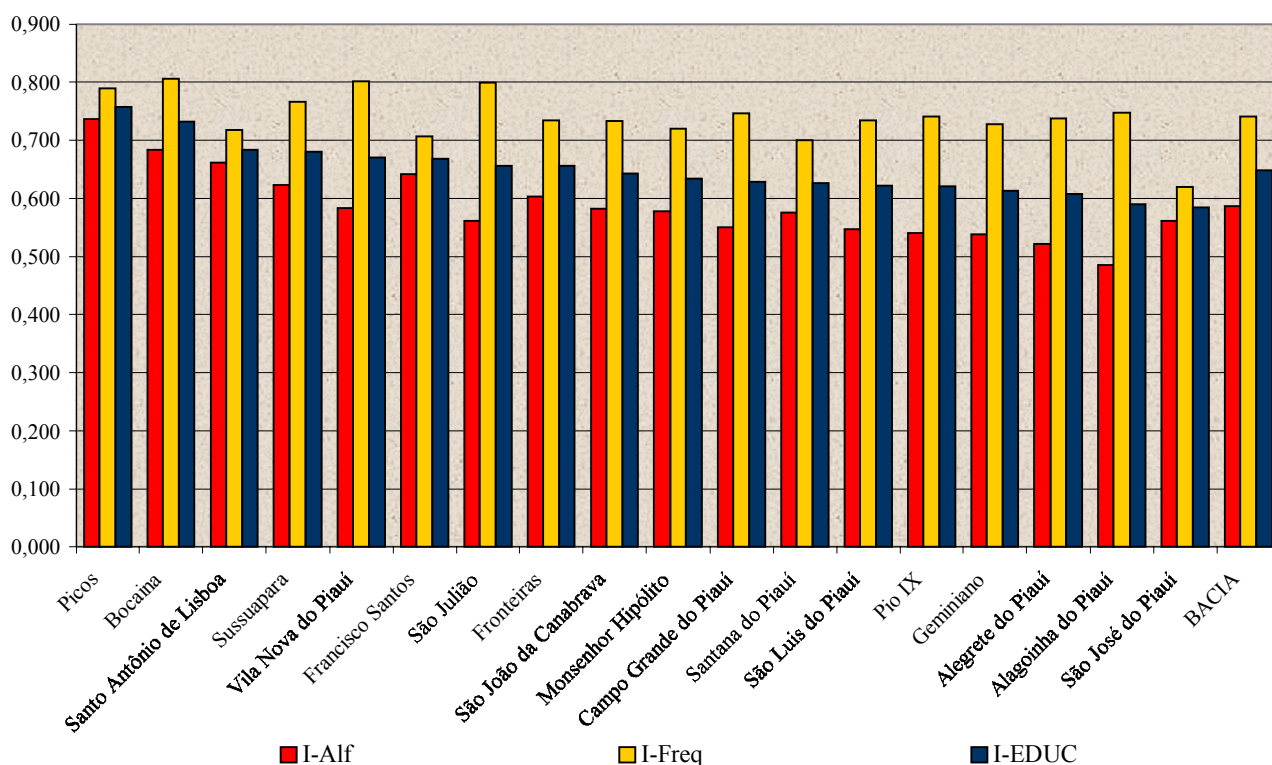
**Mapa 2 - Índice Parcial de Educação para os Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas, 2000**

Fonte: O autor (2004)

Nos últimos anos, a educação tem alcançado ganhos quantitativos consideráveis. Com a ampliação dos investimentos, a municipalização e a descentralização da gestão, os indicadores de alfabetização, de taxa de anos de estudo, de matrícula e frequência escolar, dentre outros, tiveram melhorias representativas.

No entanto, embora se verifique um Indicador de alfabetização (I-Alf) médio para 17 dos 18 municípios, ainda persistem elevados índices de analfabetismo que atingem as populações de todos os municípios da Bacia. Tal situação não se modifica em curto prazo, nem se percebe de imediato. Verifica-se, ainda, que é grande a proporção de chefes de domicílio cuja escolaridade é nula ou possuem menos de 1 ano de estudo: em 9 municípios, mais de 50% dessas pessoas têm nível de escolaridade irrisório.

O I-Alf mostra-se baixo apenas no município de Alagoinha do Piauí, enquanto Picos figura como o de melhor cobertura (Gráfico 2).



**Gráfico 2 – Indicador de alfabetização, Indicador de frequência escolar e Índice Parcial de Educação para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

Dentre os problemas detectados, destacam-se a ausência de estabelecimentos de ensino médio em dez municípios e insuficiência de unidades de educação infantil e de ensino fundamental.

Em Picos estão localizados 16,9% de todos os estabelecimentos de ensino da Bacia. Em 2000, eram 150 escolas que atendiam à população na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Desta forma, torna-se um pólo atrativo de estudantes de localidades circunvizinhas fato acentuado pela indisponibilidade ou insuficiência de tais serviços nas demais localidades.

No município de Pio IX, o segundo mais populoso, tem-se um I-Alf de 0,540. Sua rede de ensino, em 2000, era constituída de 62 estabelecimentos, dos quais 57 eram escolas de ensino fundamental, apenas uma de ensino médio e quatro de educação infantil, insuficientes para o pleno atendimento da população local.

Fronteiras possui um Indicador de alfabetização mais elevado (0,603), mas ainda apresenta problemas de cobertura no ensino médio, uma vez que havia apenas uma escola neste nível para uma população em idade escolar de 8.962 habitantes. Além desta, dispunha de 6 unidades de educação infantil e 42 escolas de nível fundamental.

Do conjunto dos 13 municípios que compõem o agrupamento 4, apenas Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Santo Antônio de Lisboa e São José do Piauí possuíam escolas de ensino médio. Nas demais localidades constavam apenas escolas de educação infantil e ensino fundamental, por vezes em número insuficiente, como em Santana do Piauí, onde existiam apenas 12 estabelecimentos de ensino fundamental, para uma população em idade escolar de 4.155 pessoas, e nenhum estabelecimento de educação infantil.

Em Vila Nova do Piauí e São Luís do Piauí, municípios com menor população, não haviam escolas de ensino médio, como na maioria dos municípios da Bacia. De modo geral, a melhor cobertura educacional se efetivava no nível fundamental. Em São Luís do Piauí existiam 17 estabelecimentos naquele nível e 7 de educação infantil, número expressivo, considerando o porte do município.

No conjunto dos municípios, Picos é o que recebe o maior volume de recursos do FUNDEF. Foram R\$ 2.233.253,00 recebidos no ano 2000, o que corresponde a um valor *per capita* de R\$ 35,87, considerando a população com 5 anos ou mais. No entanto, considerando a população em idade escolar, apresenta um valor *per capita* baixo para o conjunto dos municípios, representando apenas 27,72% do que Vila Nova do Piauí recebeu para investimentos em educação, cujo valor foi R\$ 129,40 *per capita*.

Pio IX tem no FUNDEF um importante formador de sua receita, uma vez que, no ano de 2000, 37,82% das transferências constitucionais derivaram desse programa. Foi destinado a esse município a quantia de R\$ 954.143,00, montante inferior apenas ao de Picos. Considerando a população em idade escolar, tem-se que o município dispôs de R\$ 65,37 *per capita* para investimento, valor superior ao obtido por Fronteiras, cujo montante de R\$ 560.100,00 favoreceu a este município uma perspectiva de investimento da ordem de R\$ 62,50 *per capita*.

Os investimentos no grupo de municípios com população de 4.000 a 8.000 habitantes foram bastante díspares. Em Santo Antônio de Lisboa verificou-se o menor montante de recursos do FUNDEF *per capita* – R\$ 29,87 – enquanto em Alegrete do Piauí, São Julião e Bocaina essa cifra subiu para R\$ 92,64, R\$ 98,54 e R\$ 103,70, respectivamente. Em Alagoinha do Piauí, cujo I-Alf se apresenta baixo (0,485), revelando que menos da metade da população é alfabetizada, os recursos recebidos representaram 33,06% do total de transferências constitucionais, o que corresponde a um investimento *per capita* da ordem de R\$ 73,60. Nos outros 8 municípios registrou-se valores entre R\$ 55,38 e R\$ 86,92, enquanto a média para a Bacia foi de R\$ 57,79 investidos para cada habitante em idade escolar.

Para os municípios menos populosos, mantém-se a intensa discrepância percebida no conjunto dos municípios. Enquanto Vila Nova do Piauí tem a melhor estimativa de investimento para o conjunto dos municípios, São Luís do Piauí apresenta o terceiro pior montante, R\$ 50,76. Foram apenas R\$ 112.643,00 recebidos para investimento durante todo o exercício de 2000, o que representou apenas 1,26% dos R\$ 8.922.732,00 transferidos pela União aos 18 municípios.

Os três municípios que obtiveram (I-Freq) igual ou superior a 0,800 foram os que captaram maior volume de recursos *per capita* através do FUNDEF, no ano 2000,



revelando a importância desse Fundo, na ampliação da estrutura educacional nos municípios. São eles: Bocaina (0,806), Vila Nova do Piauí (0,801) e São Julião (0,800). Isso demonstra que políticas assistenciais às crianças e suas famílias, tais como o Programa de erradicação de trabalho infantil (PETI), Bolsa Escola e Bolsa Renda, têm tido êxito. Destaca-se que todos os municípios da Bacia administram essas políticas públicas.

Avalia-se que na bacia do Guaribas as políticas de incentivo à erradicação do analfabetismo e manutenção das crianças na escola podem ser os elementos determinantes para o médio desempenho dessa dimensão nesses municípios. O I-EDUC, no entanto, não avalia a qualidade desse ensino, mas sua disponibilidade.

As entidades não-governamentais que implementam ações educativas na região tecem críticas à qualidade e, principalmente, adequação do ensino prestado à população sertaneja. Os vários segmentos civis, tais como Igrejas, sindicatos, associações de trabalhadores e fóruns dessas entidades consideram que as condições climáticas adversas a que estão sujeitos não são percebidas através ensino formal oficial (informação verbal)<sup>24</sup>.

Daí a adoção de uma política educacional diferenciada que instrui a partir da idéia de convivência com o Semi-árido e o respeito às culturas locais. Na região, a Cáritas Brasileira e o Fórum Piauiense de Convivência com o Semi-Árido são duas instituições que mantêm projetos educacionais próprios, voltados a públicos específicos, inclusive em comunidades rurais, com conteúdos adaptados ao que consideram mais relevantes, dadas as condições específicas de semi-aridez em que a população vive (CÁRITAS/PI, 2001).

## 5.2 A SAÚDE

A avaliação das condições de saúde de uma população deve considerar alguns elementos relevantes, como as suas condições socioeconômicas e a assistência de serviços públicos básicos. Desta forma, o nível de renda familiar, formação educacional, carências

---

<sup>24</sup> Informação fornecida por Maria Sueli Rodrigues de Sousa, então coordenadora da Cáritas-PI, em entrevista ao autor.

nutricionais, atendimento médico-ambulatorial, acesso a serviços de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário, dentre outros, configuram aspectos representativos do nível de salubridade a que está sujeita uma população e convergem para que esta alcance o ideal do desenvolvimento humano, onde o direito a uma vida longa e saudável seja garantido.

As variáveis *esperança de vida ao nascer*, *taxa de mortalidade infantil*, *acesso à rede de abastecimento de água* e *taxa de domicílios com banheiro ou sanitário* compõem o Índice Parcial de Saúde (I-SAUD), obedecendo à seguinte ponderação:

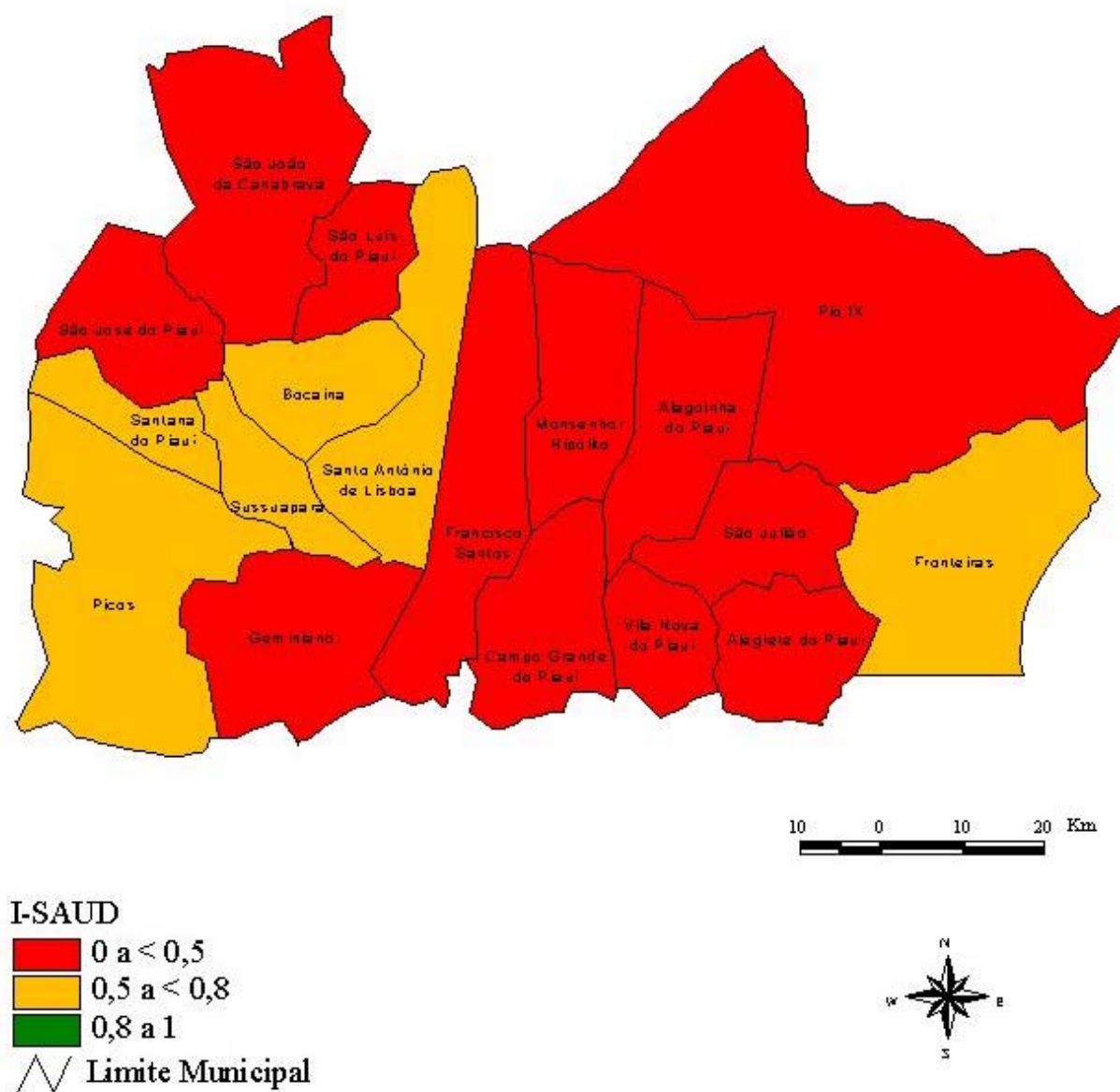
$$\text{I-SAUD} = 0,4(\text{I-Esp}) + 0,3(\text{I-Mor}) + 0,15(\text{I-Aba}) + 0,15(\text{I-Ban})$$

A **Dimensão Saúde** se mostra deficiente para 72,2% dos municípios da Bacia, uma vez que apenas seis deles apresentam médias condições (Tabela 4; Mapa 3).

**Tabela 4 – Índice Parcial de Saúde (I-SAUD) para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

| Grupo | Unidade Geográfica      | I-Esp        | I-Mor        | I-Aba        | I-Ban        | I-SAUD       |
|-------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1     | Picos                   | 0,718        | 0,602        | 0,846        | 0,750        | 0,707        |
| 2     | Pio IX                  | 0,606        | 0,312        | 0,300        | 0,448        | 0,448        |
| 3     | Fronteiras              | 0,632        | 0,387        | 0,531        | 0,499        | 0,523        |
| 4     | Alagoinha do Piauí      | 0,620        | 0,353        | 0,308        | 0,262        | 0,439        |
|       | Alegrete do Piauí       | 0,565        | 0,182        | 0,498        | 0,320        | 0,403        |
|       | Bocaina                 | 0,696        | 0,552        | 0,647        | 0,448        | 0,608        |
|       | Campo Grande do Piauí   | 0,632        | 0,387        | 0,001        | 0,235        | 0,404        |
|       | Francisco Santos        | 0,620        | 0,353        | 0,436        | 0,380        | 0,476        |
|       | Geminiano               | 0,555        | 0,151        | 0,668        | 0,395        | 0,427        |
|       | Monsenhor Hipólito      | 0,620        | 0,353        | 0,398        | 0,395        | 0,473        |
|       | Santana do Piauí        | 0,632        | 0,386        | 0,865        | 0,379        | 0,555        |
|       | Santo Antônio de Lisboa | 0,606        | 0,312        | 0,634        | 0,558        | 0,515        |
|       | São João da Canabrava   | 0,581        | 0,236        | 0,580        | 0,507        | 0,466        |
|       | São José do Piauí       | 0,632        | 0,386        | 0,428        | 0,333        | 0,483        |
|       | São Julião              | 0,565        | 0,182        | 0,355        | 0,425        | 0,398        |
|       | Sussuapara              | 0,610        | 0,323        | 0,863        | 0,409        | 0,532        |
| 5     | São Luís do Piauí       | 0,555        | 0,151        | 0,416        | 0,279        | 0,372        |
|       | Vila Nova do Piauí      | 0,592        | 0,269        | 0,000        | 0,221        | 0,351        |
| -     | <b>Bacia</b>            | <b>0,613</b> | <b>0,326</b> | <b>0,488</b> | <b>0,402</b> | <b>0,477</b> |

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000; PNUD/IPEA/FJP, Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.



As maiores fragilidades nas condições de saúde estão diretamente relacionadas à falta de assistência e infra-estrutura. Em termos gerais, no ano 2000 existia na Bacia um número de 20 unidades hospitalares distribuídas em apenas 7 municípios. Em 11 municípios não se registrava nenhum hospital, mas apenas postos de saúde, que não atendem problemas de maior complexidade.

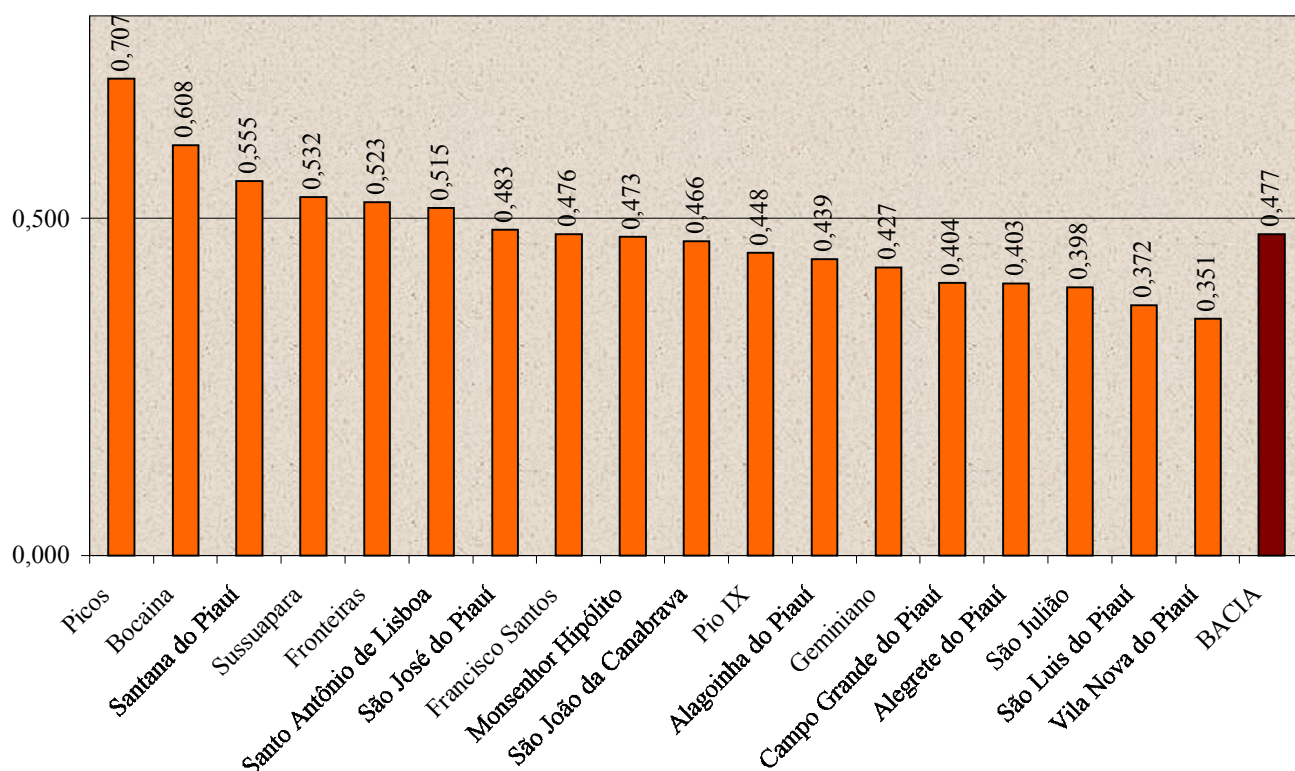
Picos, enquanto município-pólo no Estado, é o que concentra a maior oferta de serviços de saúde na Região. Possuía, em 2000, 8 unidades hospitalares com disponibilidade de 272 leitos. Os recursos transferidos do Ministério da Saúde foram da ordem de R\$ 10.135.685,00, valor mais de duas vezes superior à soma do investimento nos demais municípios (R\$ 4.865.258,00).

Percebe-se, portanto, que para uma população de cerca de 171.590 habitantes, a assistência de saúde é deficiente, o que faz com que Picos atenda não só à sua demanda, mas de todas as localidades da Região. Municípios populosos como Pio IX e Fronteiras possuem, cada um, apenas dois hospitais, com um número de leitos insuficiente. Em Pio IX, a proporção é de 1 leito para cada grupo de 206 habitantes, enquanto que Fronteiras dispõe de 1 leito para 270 habitantes.

Dos municípios mais populosos, Picos e Fronteiras obtiveram um I-SAUD médio, 0,707 e 0,523, respectivamente. Enquanto Pio IX, cujo índice é de 0,448, acompanha a tendência de baixas condições alcançada pela maioria dos municípios, revelando problemas nas condições de saúde em todas as variáveis, exceto no Indicador de esperança de vida ao nascer (I-Esp).

Nos municípios do agrupamento 5, Índices Parciais medianos foram atingidos apenas em Santo Antônio de Lisboa (0,515), Sussuapara (0,532), Santana do Piauí (0,555) e Bocaina (0,608), que tem a segunda melhor posição no conjunto dos municípios da Bacia.

Vila Nova do Piauí e São Luís do Piauí, os menos populosos, foram os que alcançaram os piores Índices Parciais: 0,351 e 0,372 (Gráfico 3).

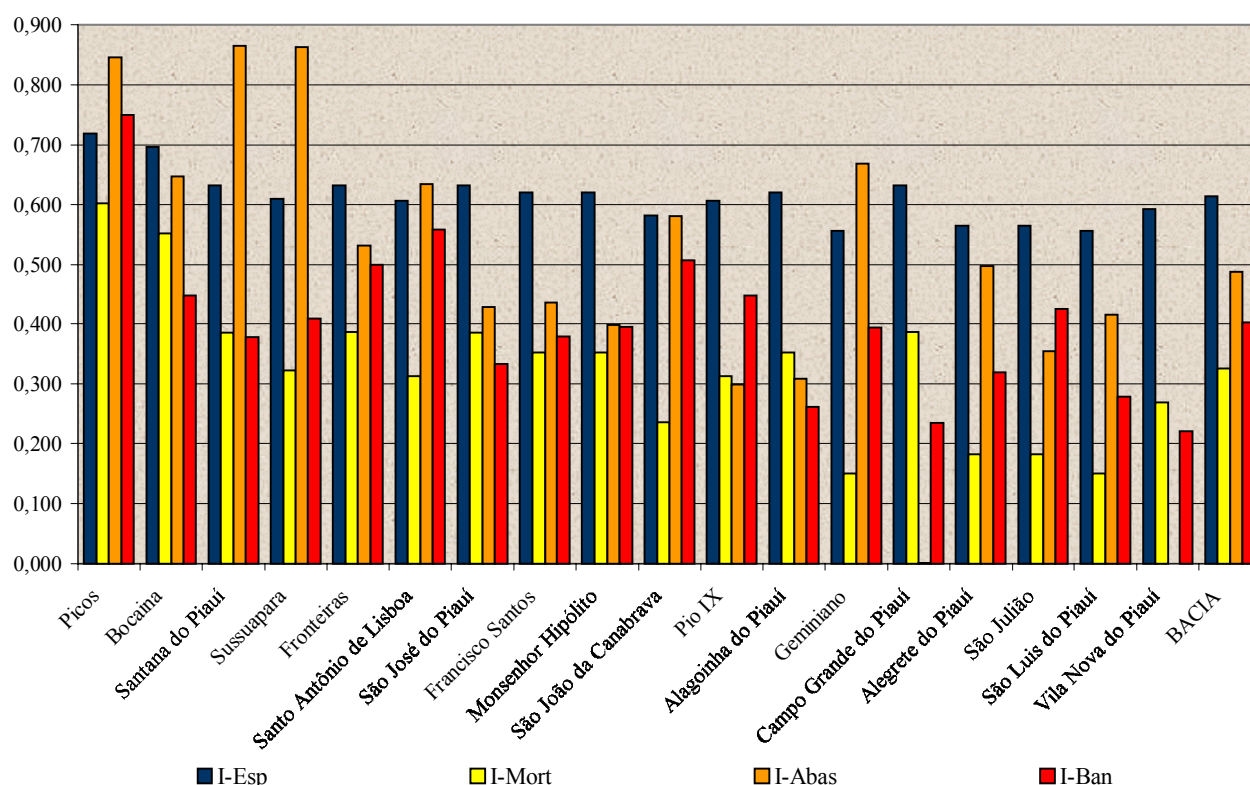


**Gráfico 3 – Índice Parcial de Saúde para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

A esperança de vida ao nascer é um indicativo do nível de desenvolvimento, uma vez que se relaciona com as condições econômicas, sociais e ambientais nas quais as pessoas estão inseridas. Para o conjunto dos municípios da Bacia obteve-se um I-Esp de 0,613, que corresponde a uma expectativa de vida média de 61,80 anos. Tal estimativa é inferior à taxa do Piauí, que é de 64,15 anos e do Brasil, aferida em 68,61 anos.

Dos 18 municípios, o que apresenta melhor expectativa de vida é Picos (68,10 anos), seguido por Bocaina (66,79 anos) (Gráfico 4). A maior taxa obtida pelos demais municípios não alcança sequer aquela do Estado. Em Campo Grande do Piauí e Fronteiras, estima-se uma longevidade de 62,93 anos, enquanto que em São Luís do Piauí e Geminiano, a vida média é de 58,33 anos.



**Gráfico 4 – Indicador de esperança de vida, Indicador de mortalidade infantil, Indicador de abastecimento de água e Indicador de existência de banheiro ou sanitário para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

A estimativa de mortalidade infantil revela a eficiência (ou não) do amparo às crianças menores de 1 ano, fase em que exigem atenção e cuidados especiais. Problemas como a desnutrição, precariedade na assistência médica, cuidados da família e saneamento básico têm associação direta com essa taxa de mortalidade.

O Indicador de mortalidade infantil (I-Mor), apresenta valores baixos para 16 municípios, cujas taxas de mortalidade estão muito próximas ou acima do patamar de 50 óbitos em mil nascimentos vivos, considerado elevado por organismos internacionais, tais como a OMS. Apenas Picos e Bocaina têm indicador em condições médias, 0,602 e 0,552, respectivamente. As taxas desses municípios correspondem a 32,32 e 36,38 óbitos/mil nascidos vivos, ocupando, respectivamente, a 6ª e a 23ª melhor posição em relação aos 221 municípios que o Estado possuía em 2000, cuja média é de 43,7 óbitos/mil nascidos vivos.

Nos municípios de Pio IX e Fronteiras os valores obtidos para esse indicador são pouco expressivos: 0,312 e 0,387. Embora Fronteiras apresente a terceira menor taxa de

mortalidade infantil no conjunto dos 18 municípios, esta ainda é bastante elevada (49,76 óbitos/mil nascidos vivos), como para todos os demais municípios.

O Indicador de abastecimento de água (I-Aba) confirma uma forte discrepância entre os municípios da Bacia. Considerando-se o serviço público de abastecimento de água pela rede geral, foram detectados níveis altos apenas para Santana do Piauí (0,865), Sussuapara (0,863) e Picos (0,846) enquanto em Campo Grande do Piauí (0,001) e Vila Nova do Piauí (0,000) tal serviço inexistia ou era irrelevante. Dos 18 municípios em estudo, apenas 8 apresentaram uma cobertura considerada média.

O serviço de abastecimento de água no estado do Piauí cobria, no ano 2000, em média, 60,80% dos domicílios. Na Bacia, 12 municípios não atingiam esse percentual. A falta de água de qualidade é um dos promotores de uma série de problemas de saúde para a população, revelados em outras variáveis. Na ausência do serviço público, a população supre suas necessidades com águas de poços, nascentes, cisternas e carros-pipa. Em Alagoinha do Piauí, Campo Grande do Piauí, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito e Vila Nova do Piauí, era mais da metade dos domicílios abastecida com águas dessas fontes.

Picos possui uma cobertura de abastecimento maior que a maioria dos municípios da Bacia e do que a média do Estado, porém apresenta registros elevados de endemias de veiculação hídrica, principalmente em virtude dos altos índices de lançamento de dejetos domésticos, industriais e hospitalares no leito do rio Guaribas, que cruza e abastece a cidade. Essas águas, no período de estiagem, convertem-se em esgotos a céu aberto onde proliferam doenças<sup>25</sup>.

No grupo 4 revela-se uma situação bastante representativa de que a ausência de políticas públicas é um dos elementos determinantes para o agravamento das condições de vida da população: os municípios de Sussuapara, Campo Grande do Piauí e Santana do Piauí têm certa uniformidade em relação aos seus contingentes populacionais, estimado em 5.042, 4.882 e 4.595 habitantes, respectivamente, e foram criados em 1992, 1994 e 1995. Considerando que possuem economias de subsistência, uma malha hídrica temporária, além

---

<sup>25</sup> Segundo Franco e Rodrigues Neto (1997, p. 46), “nas proximidades do município de Picos, observa-se uma ampla distribuição de gêneros moluscos e plantas aquáticas – hospedeiros potenciais de vetores de doenças – tais como: esquistossomose, malária, dengue e leishmaniose”.

de outros fatores comuns à maioria dos municípios da Região, detêm, de certa forma, condições similares. No entanto, enquanto Sussuapara e Santana do Piauí possuem os melhores percentuais de cobertura do serviço de abastecimento de água (86,27% e 86,54%), Campo Grande do Piauí conta com apenas 0,09% dos seus domicílios atendidos pelo serviço público.

A elevada incidência de domicílios que não possuem banheiro ou sanitário colabora para o quadro de fragilização das condições de vida da população. Apenas Picos, Santo Antônio de Lisboa e São João da Canabrava têm mais de 50% dos seus domicílios com esse tipo de instalação, sendo os únicos a obter uma classificação mediana para o Indicador de existência de banheiro ou sanitário (I-Ban).

Em seis municípios da Bacia, as instalações sanitárias existem em menos de um terço dos domicílios, dentre eles estão os municípios de Vila Nova do Piauí (22,06%) e São Luís do Piauí (27,94%). Essa situação garante a esses municípios as piores condições de salubridade, com reflexo direto no bem-estar de suas populações.

Avalia-se, portanto, que a insuficiência de condições infra-estruturais e de acesso a serviços de saúde coadunam-se para que condições razoáveis de existência alcancem parcela pouco significativa do conjunto da população da Bacia, requerendo investimentos maiores em todas as vertentes consideradas nessa dimensão.

### 5.3 AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS

A **Dimensão Condições Econômicas** busca refletir quão habilitadas estão as pessoas para o exercício de sua condição de produtor e consumidor no mercado, para reproduzirem-se e tornarem-se parte ativa do meio social em que vivem.

O Índice Parcial de Condições Econômicas (I-ECON) considera a *renda municipal per capita*, o *percentual da população de 10 anos ou mais ocupada com rendimento acima de 1 salário mínimo*, a *taxa de domicílios com geladeira ou freezer*, a *taxa*



de domicílios com televisão e a taxa de domicílios com linha telefônica instalada. Essas variáveis são ponderadas da seguinte maneira:

$$I-ECON = 0,4(I-Ren) + 0,3(I-Pob) + 0,1(I-Gel) + 0,1(I-Tv) + 0,1(I-Tel)$$

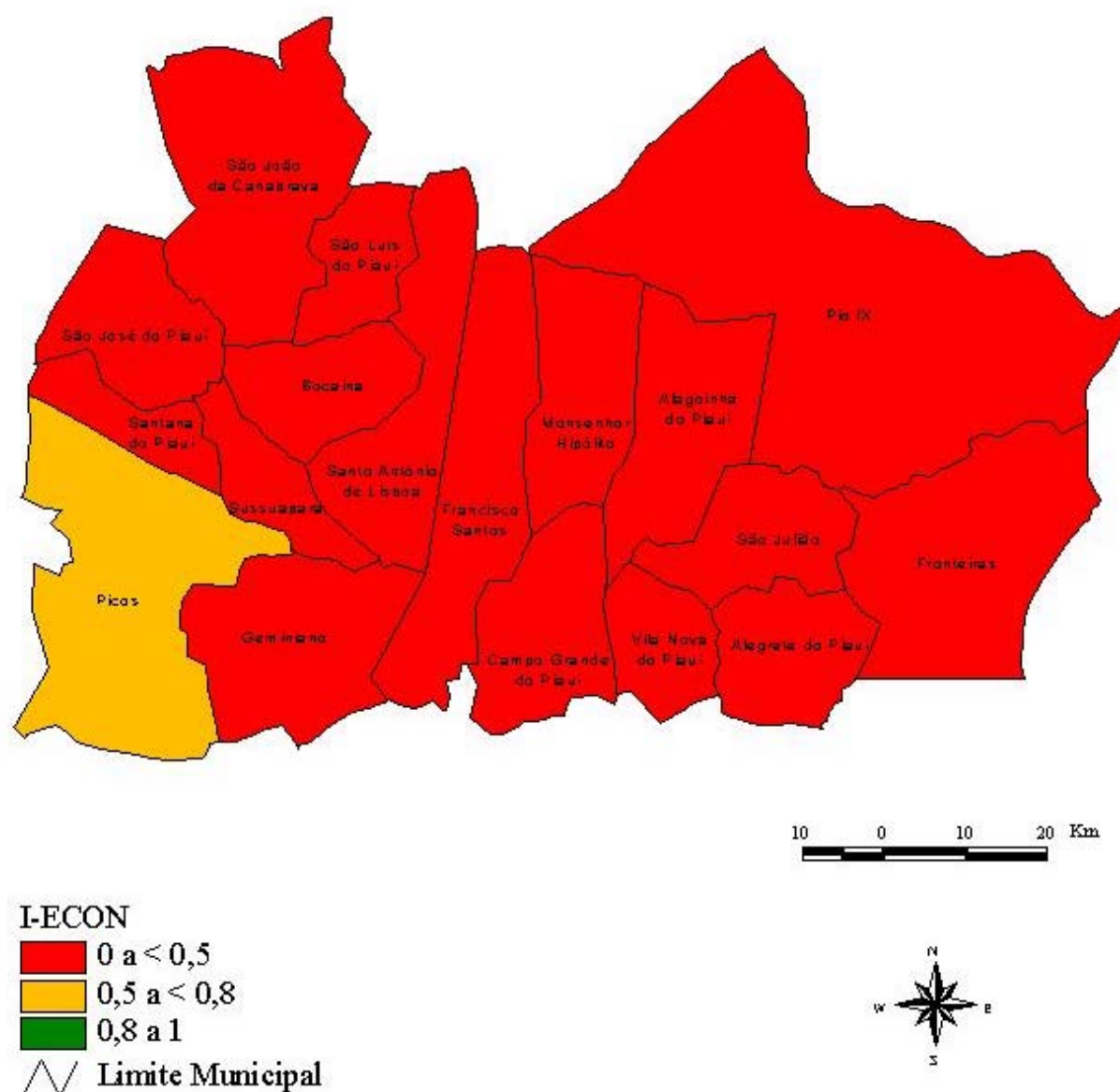
Para o conjunto dos municípios da Bacia, o I-ECON é baixo (0,347), existindo uma distância considerável entre aqueles com melhor e pior desempenho. Este é, dentre os cinco índices parciais analisados, aquele com pior desempenho (Tabela 5).

**Tabela 5 – Índice Parcial de Condições Econômicas (I-ECON) para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

| Grupo | Unidade Geográfica      | I-Ren        | I-Pob        | I-Des        | I-Gel        | I-Tv         | I-Tel        | I-ECON       |
|-------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1     | Picos                   | 0,819        | 0,464        | 0,380        | 0,776        | 0,813        | 0,292        | 0,602        |
| 2     | Pio IX                  | 0,411        | 0,240        | 0,390        | 0,269        | 0,439        | 0,041        | 0,324        |
| 3     | Fronteiras              | 0,585        | 0,418        | 0,410        | 0,428        | 0,590        | 0,087        | 0,452        |
| 4     | Alagoinha do Piauí      | 0,509        | 0,254        | 0,450        | 0,272        | 0,298        | 0,056        | 0,356        |
|       | Alegrete do Piauí       | 0,519        | 0,388        | 0,440        | 0,416        | 0,522        | 0,106        | 0,426        |
|       | Bocaina                 | 0,558        | 0,290        | 0,430        | 0,612        | 0,599        | 0,104        | 0,443        |
|       | Campo Grande do Piauí   | 0,293        | 0,173        | 0,450        | 0,297        | 0,367        | 0,005        | 0,279        |
|       | Francisco Santos        | 0,515        | 0,252        | 0,480        | 0,500        | 0,541        | 0,051        | 0,410        |
|       | Geminiano               | 0,313        | 0,241        | 0,400        | 0,447        | 0,505        | 0,000        | 0,317        |
|       | Monsenhor Hipólito      | 0,593        | 0,248        | 0,420        | 0,315        | 0,380        | 0,075        | 0,389        |
|       | Santana do Piauí        | 0,348        | 0,211        | 0,480        | 0,704        | 0,475        | 0,089        | 0,370        |
|       | Santo Antônio de Lisboa | 0,622        | 0,271        | 0,440        | 0,645        | 0,698        | 0,080        | 0,471        |
|       | São João da Canabrava   | 0,360        | 0,115        | 0,380        | 0,456        | 0,354        | 0,079        | 0,296        |
|       | São José do Piauí       | 0,291        | 0,150        | 0,380        | 0,556        | 0,465        | 0,059        | 0,301        |
|       | São Julião              | 0,495        | 0,280        | 0,370        | 0,415        | 0,481        | 0,079        | 0,376        |
|       | Sussuapara              | 0,419        | 0,210        | 0,450        | 0,731        | 0,663        | 0,003        | 0,397        |
| 5     | São Luís do Piauí       | 0,305        | 0,116        | 0,420        | 0,201        | 0,235        | 0,000        | 0,242        |
|       | Vila Nova do Piauí      | 0,375        | 0,201        | 0,440        | 0,176        | 0,165        | 0,005        | 0,275        |
| -     | <b>Bacia</b>            | <b>0,463</b> | <b>0,251</b> | <b>0,423</b> | <b>0,456</b> | <b>0,477</b> | <b>0,067</b> | <b>0,374</b> |

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000; PNUD/IPEA/FJP, Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O Mapa 4 representa a distribuição espacial dos municípios da Bacia, de acordo com o I-ECON.



**Mapa 4 - Índice Parcial de Condições Econômicas para os Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas, 2000**

Fonte: O autor (2004)

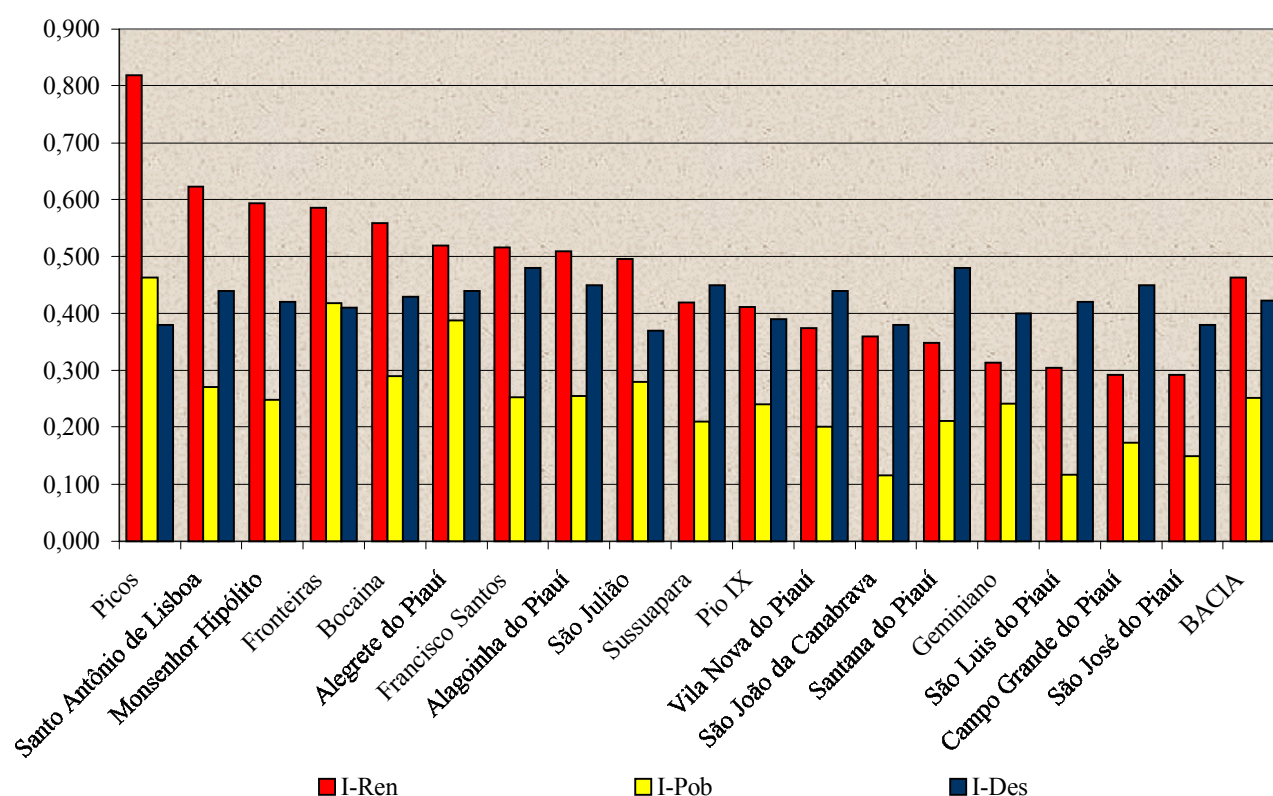
Dos 18 municípios da Bacia, apenas Picos possui um índice mediano (0,602), que é 2,49 vezes superior ao menor indicador obtido, o de São Luís do Piauí (0,242). Um dos elementos determinantes para esse baixo nível de rendimentos é a ausência de dinamismo econômico na maioria dos municípios. Não existem registros relevantes de atividade industrial, as relações comerciais são parcas e o setor de serviços não gera grandes oportunidades. Nos municípios da Bacia, as feiras ainda são o espaço que impulsiona as vendas da produção local e movimentam suas economias.

Verifica-se, ainda, que, nos municípios nos quais a população urbana é superior à rural, há uma tendência para que sua renda média também seja maior, ao mesmo tempo em que as maiores incidências de população rural são acompanhadas de baixos níveis de rendimento. Isso se deve ao predomínio das atividades voltadas ao autoconsumo, sem excedentes representativos, característica de sociedades agropastoris atrasadas, típicas do sertão nordestino.

Em relação à renda municipal *per capita*, Picos é o único a apresentar um Indicador de renda (I-Ren) alto (0,819) (Gráfico 5), uma vez que detém o segundo melhor nível de renda média *per capita* (R\$ 175,82) dentre os municípios piauienses, inferior apenas ao indicador da Capital, que é de R\$ 250,69<sup>26</sup>. Outros sete municípios possuem um índice mediano, embora suas rendas *per capita* sejam inferior à do Estado, estimada em R\$ 129,02. Desta forma, com exceção de Picos, nenhum município da Bacia alcança sequer o nível da renda média do Estado o qual não atinge metade da renda média brasileira (R\$ 297,23).

---

<sup>26</sup> Em 2000, o salário mínimo era de R\$ 151,00.



**Gráfico 5 – Indicador de renda, Indicador de pobreza e Indicador de desigualdade para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

A renda municipal *per capita* estimada para Pio IX é de apenas R\$ 79,27, o que corresponde a 45,09% daquela obtida em Picos, e 61,44% da renda *per capita* do Estado. Essa cifra está entre as mais baixas do conjunto dos municípios.

Já o município de Fronteiras apresenta o quarto melhor nível de renda entre os 18 municípios. Estima-se que a renda *per capita* alcance o montante de R\$ 111,48, valor abaixo da média do Piauí, mas considerável na Bacia, uma vez que 72,2% desses municípios não alcançam sequer a renda média de R\$ 100,00.

Dentre os municípios do grupo 4, a situação mais delicada é percebida em São José do Piauí, cujo rendimento médio da população é de apenas R\$ 62,74, o que representa apenas 21,11% da renda média brasileira e 43,63% da piauiense. Outros municípios como Campo Grande do Piauí e Geminiano apresentam realidades semelhantes, onde a renda média não ultrapassa R\$ 70,00. Por outro lado, os municípios de Santo Antônio de Lisboa e

Monsenhor Hipólito dispõem, respectivamente, da segunda e terceira melhor rendas *per capita*, com valores de R\$ 119,82 e R\$ 113,19.

Municípios menos populosos, e que demonstram uma infra-estrutura ainda precária, São Luís do Piauí e Vila Nova do Piauí agregam baixos níveis de rendimentos, estimados em R\$ 64,40 e R\$ 73,80, respectivamente. A ocupação sem remuneração é um fenômeno bastante comum nessas localidades com predomínio de atividades agropecuárias. Na maioria dos municípios da Bacia, em que a produção é basicamente de subsistência, sem excedentes representativos, as atividades exercidas garantem às famílias condições de sobrevivência e um excedente a ser reinvestido no ciclo seguinte, sem grandes retornos econômicos.

Na Bacia, apenas dois municípios registram um grande contingente de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas sem remuneração: São João da Canabrava e São Luís do Piauí onde, respectivamente, 63,33% e 60,34% das pessoas ocupadas não recebem qualquer tipo de pagamento. Nos demais, as pessoas ocupadas recebem algum tipo de remuneração por seu trabalho, destacando-se os municípios de Santana do Piauí e Alegrete do Piauí cujos percentuais alcançam 98,47% e 92,25%, respectivamente.

O problema no Indicador de pobreza (I-Pob) reside no nível de salários que é pago aos trabalhadores. Considerando a classe de rendimentos, o percentual de pessoas em idade ativa ocupadas que recebem uma renda superior a um salário mínimo, em todos os municípios da Bacia, apresenta um patamar baixo que caracteriza uma situação de pobreza acentuada. Para a Região obteve-se um I-Pob de 0,251.

Mesmo estando ocupada em atividades remuneradas, a população de alguns municípios não consegue um nível de renda mínimo que lhes garanta condições de sobrevivência. Em Santana do Piauí e Campo Grande do Piauí, por exemplo, apenas 21,43% e 25,41% da população, respectivamente, têm renda superior a 1 salário mínimo.

O número de pessoas que recebe mais que 10 salários mínimos é irrisório ou nulo para a maioria dos municípios. Nos municípios de São Luís do Piauí, São José do Piauí, Campo Grande do Piauí e Santana do Piauí nenhuma pessoa entrevistada no Censo Demográfico 2000 declarou pertencer a essa classe de rendimento (IBGE, 2001).

A grande concentração de pessoas está na faixa que recebe até 1 salário mínimo. Os percentuais mais expressivos são: 78,57% em Santana do Piauí, 74,59% em Campo Grande do Piauí, 70,77% em São Luís do Piauí, 70,41% em São José do Piauí e 70,31% em Vila Nova do Piauí.

Desta forma, considerando que a obtenção de um salário mínimo garantiria a possibilidade de aquisição de uma cesta mínima para a sobrevivência de uma pessoa, tem-se para a maioria dos municípios uma situação de forte incidência de pobreza, o que desabilita a população ao exercício pleno de sua cidadania, conduzindo-a, inclusive, a uma situação de exclusão social, não medida pelo IDSG, mas possível de ser verificada.

Em termos de distribuição da renda, os dados revelam uma situação perversa para a Região; todos os municípios possuem um Índice de Gini superior a 0,5, situação distante da justiça social associada ao conceito de desenvolvimento humano e sustentável que se deseja promover. A apropriação da maior parte da riqueza por uma minoria interfere diretamente nas possibilidades de desenvolvimento do conjunto da sociedade e de obtenção de melhores níveis de bem-estar.

Para a Bacia obteve-se um Indicador de desigualdade da ordem de 0,423, sinalizando a existência de problemas distributivos que repercutem na manutenção da pobreza e da falta de oportunidades de crescimento. O problema não tem destaque maior em virtude do nível de renda na região, em geral, ser baixo.

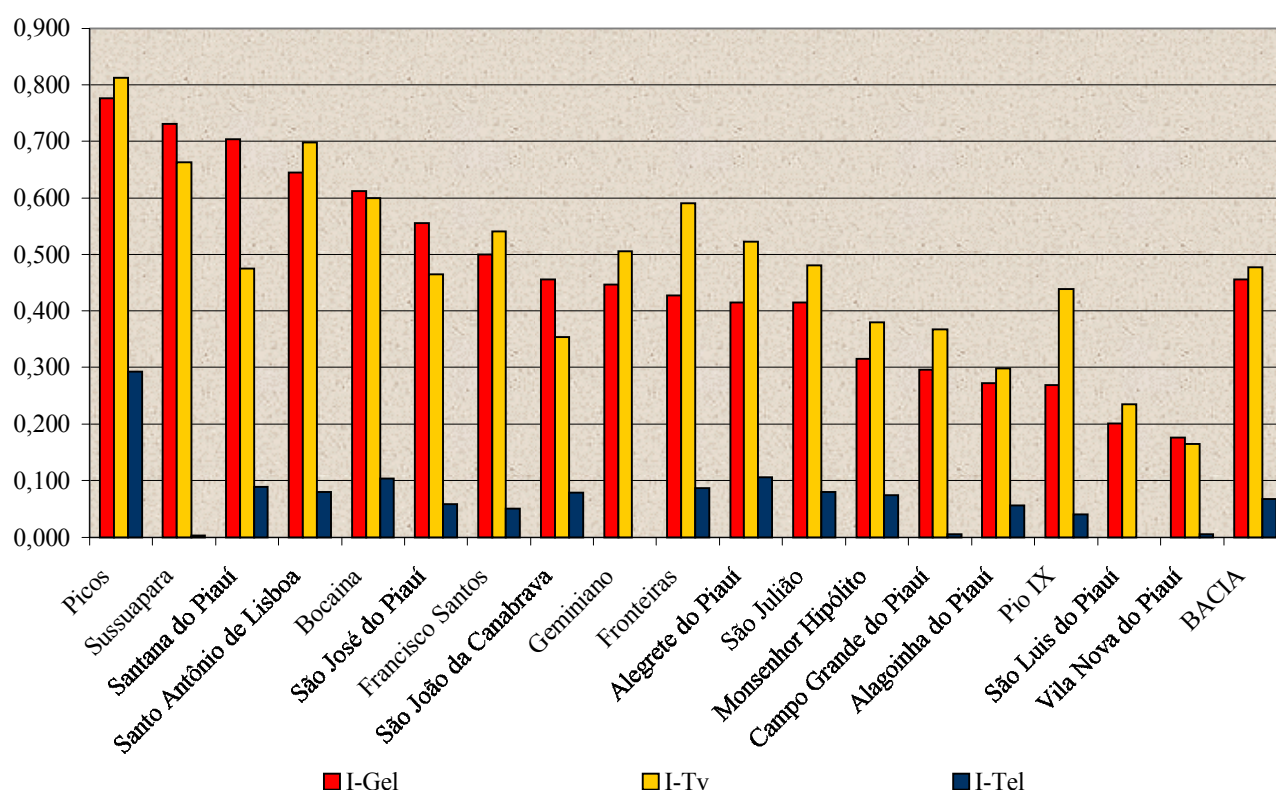
As maiores concentrações de renda, atestadas pelo Índice de Gini, foram detectadas nos municípios de São Julião (0,63), São José do Piauí (0,62), São João da Canabrava (0,62), Picos (0,62), Pio IX (0,61) e Geminiano (0,60). Tais valores são considerados como indicativo de uma forte injustiça social. No entanto, todos os municípios têm Índices de Gini inferiores ao do estado do Piauí (0,66) e do Brasil (0,65), que se destacam pela acentuada discrepância distributiva e pobreza.

As oportunidades de ganhos econômicos são o grande problema para a maioria dos municípios da Bacia, por não encontrarem formas de incrementar suas relações produtivas e de mercado. As atividades têm se mantido em bases de pouco ou nenhum excedente comercializável, sem expansão do mercado ou abertura de novos. A pobreza e o seu quadro

mais acentuado, a miséria, são uma realidade que persiste ao longo dos anos sem que medidas mitigadoras concretas tenham sido promovidas, exceto aquelas de cunho assistencialista que cobrem principalmente os extremos etários da população. São programas de assistência à criança ou ao idoso, sem repercussão maior para a população jovem ou adulta.

A posse de bens duráveis pode fornecer uma amostra do perfil socioeconômico através da identificação do poder aquisitivo numa unidade domiciliar. Atualmente, com o grau de massificação de consumo, bens duráveis como geladeira e televisão são algo comum para a maior parte das famílias brasileiras, que possuem, muitas vezes, mais de uma unidade de tais aparelhos. No entanto, nos domicílios onde a renda é baixa e o acesso a crédito é restrito, a existência de alguns eletrodomésticos está longe de tornar-se realidade.

Na bacia do Guaribas, os dados para essa variável são bastante díspares, ocorrendo uma diferença representativa entre aqueles municípios que já atingiram um razoável nível de posse desses bens, daqueles privados de tal acesso (Gráfico 6).



**Gráfico 6 – Indicador de existência de geladeira ou freezer, Indicador de existência de televisão e Indicador de existência de telefone para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

Em Picos, aproximadamente 77,64% dos domicílios possuem geladeira ou freezer, ao passo que em Vila Nova do Piauí, apenas 17,58% das famílias dispõem desse eletrodoméstico. A diferença entre o melhor e o pior Indicador de existência de geladeira ou freezer (I-Gel) é 0,600, condição reveladora do desnível intermunicipal na Bacia.

Os percentuais apresentados pelos municípios de Pio IX (26,87%) e Fronteiras (42,75%) são muito baixos, colocando essas localidades no conjunto dos 11 municípios em que menos de 50% dos domicílios dispõem de geladeira ou freezer. Em seis localidades, menos de um terço dos domicílios têm geladeira ou freezer, o que lhes confere um I-Gel de nível baixo.

A carência desse bem, que poderia ser menor nos centros urbanos, mostra-se inversa. Dos municípios que possuem população urbana superior à rural apenas Picos e Santo Antônio de Lisboa têm indicador médio de posse desse bem. No entanto, alguns municípios, nos quais a população rural é bastante acentuada, verifica-se um alto I-Gel. Em Sussuapara e São José do Piauí, mais de 70% da população está no campo, mas possuem níveis medianos de geladeiras ou freezers em seus domicílios.

Registra-se para Picos o maior número de domicílios com equipamentos disponíveis. São 81,31% dos lares em que é possível ter acesso à informação e entretenimento através desse veículo. Mais uma vez a diferença entre Picos e os demais municípios é expressiva: em Vila Nova do Piauí, são apenas 16,51% dos domicílios que possuem tal aparelho. Assim, para esse indicador, Picos alcança um nível alto (0,813), outros sete municípios têm nível médio e os demais indicam um I-Tv diminuto. Mais uma vez, os municípios de Vila Nova do Piauí e São Luís do Piauí sustentam as últimas colocações quanto à posse desse tipo de bem durável, alcançando um I-Tv de 0,165 e 0,235.

O Indicador de existência de telefone (I-Tel) é baixo para todos os municípios da Bacia, fazendo com que a existência de linha telefônica instalada nos domicílios seja a variável com pior desempenho dentre as consideradas na construção do IDSG. No conjunto dos municípios da Bacia, no ano 2000, apenas Picos superava, com boa margem (29,22%), o percentual médio alcançado pelo Estado do Piauí, onde apenas 20,07% dos domicílios eram atendidos por serviços telefônicos.



As condições mais críticas atingiam os municípios de São Luís do Piauí e Geminiano, onde nenhum domicílio possuía tal serviço. Nos municípios de Sussuapara, Campo Grande do Piauí e Vila Nova do Piauí menos de 1% dos domicílios dispunham de instalação telefônica.

Um conjunto maior de municípios (Pio IX, Francisco Santos, Alagoinha do Piauí, São José do Piauí, Monsenhor Hipólito, São João da Canabrava, São Julião, Santo Antônio de Lisboa, Fronteiras e Santana do Piauí) tinha entre 4% e 9% dos lares assistidos. Em Bocaina e Alegrete do Piauí são cerca de 10%, aproximadamente metade da taxa do estado do Piauí.

De maneira geral, a condição de centro econômico da região faz de Picos o município com melhor desempenho em relação à renda, alcançando uma situação mediana. Os demais municípios, com atividades econômicas menos representativas, são atingidos pelas maiores privações de salários, refletidas de forma clara na posse de bens duráveis.

#### 5.4 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A **Dimensão Condições de Trabalho** revela as características do mercado de trabalho, como o nível de formalidade das relações produtivas, os benefícios sociais e previdenciários. A qualidade do trabalho torna-se elemento de inclusão social, elementar para o exercício da cidadania.

O Índice Parcial de Condições de Trabalho (I-TRAB) é composto pela média aritmética dos indicadores obtidos pelas seguintes variáveis: *percentual da população de 10 anos ou mais empregada sem carteira assinada* e pelo *percentual da população de 10 anos ou mais ocupada com jornada de trabalho semanal superior a 49 horas*, ponderadas da seguinte forma:

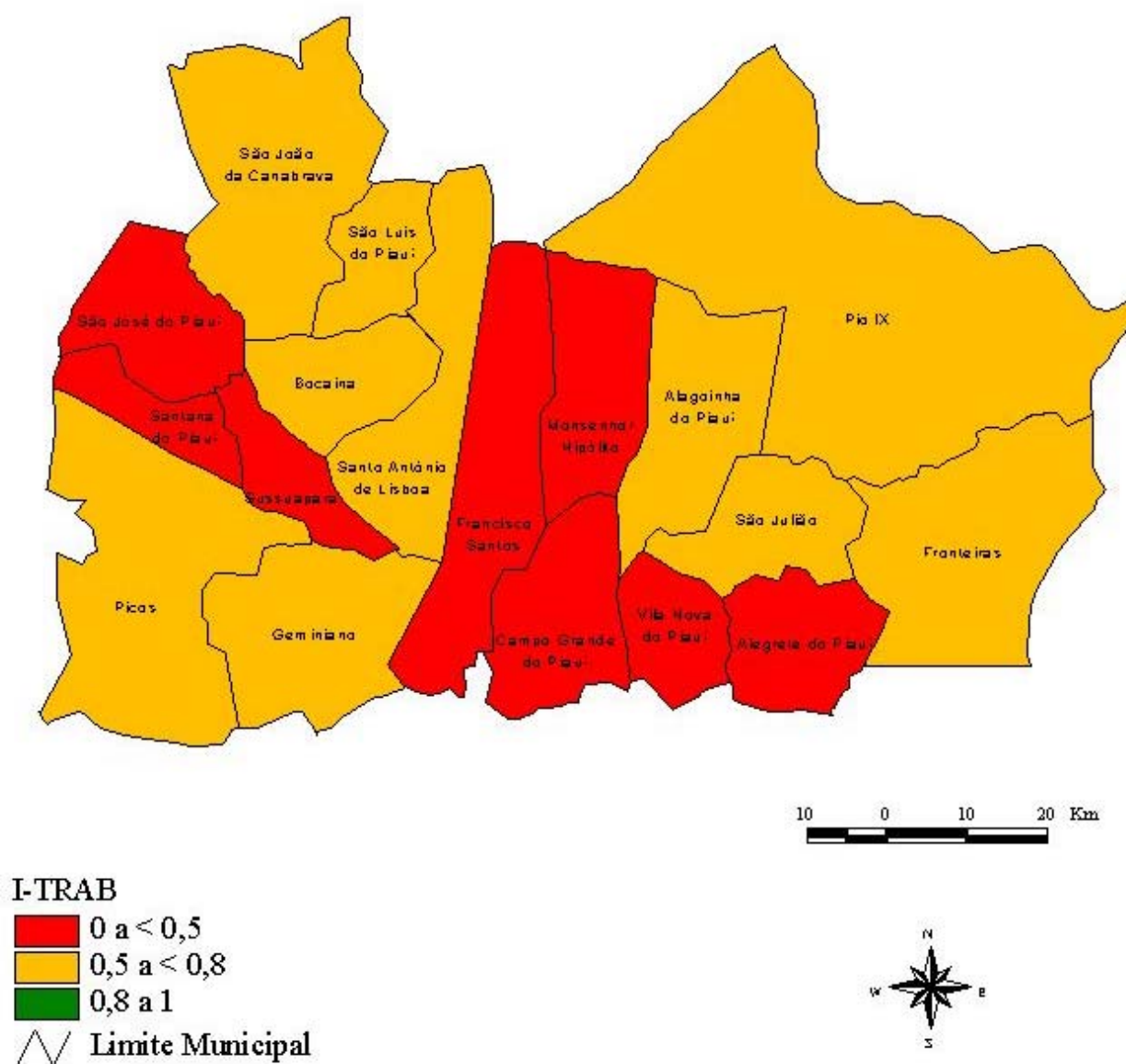
$$I-TRAB = 0,5(I-Cart) + 0,5(I-Jorn)$$

Na bacia do Guaribas, mais da metade dos municípios apresenta médias condições de trabalho (Tabela 6; Mapa 5). Esse resultado se deve à contribuição positiva da variável relacionada à jornada de trabalho, uma vez que o nível de formalidade no emprego se revela baixo.

**Tabela 6 – Índice Parcial de Condições de Trabalho (I-TRAB) para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

| <b>Grupo</b> | <b>Unidade Geográfica</b> | <b>I-Cart</b> | <b>I-Jorn</b> | <b>I-TRAB</b> |
|--------------|---------------------------|---------------|---------------|---------------|
| 1            | Picos                     | 0,352         | 0,684         | 0,518         |
| 2            | Pio IX                    | 0,269         | 0,807         | 0,538         |
| 3            | Fronteiras                | 0,355         | 0,876         | 0,615         |
| 4            | Alagoinha do Piauí        | 0,275         | 0,907         | 0,591         |
|              | Alegrete do Piauí         | 0,052         | 0,850         | 0,451         |
|              | Bocaina                   | 0,201         | 0,923         | 0,562         |
|              | Campo Grande do Piauí     | 0,036         | 0,763         | 0,399         |
|              | Francisco Santos          | 0,089         | 0,836         | 0,462         |
|              | Geminiano                 | 0,173         | 0,881         | 0,527         |
|              | Monsenhor Hipólito        | 0,123         | 0,686         | 0,405         |
|              | Santana do Piauí          | 0,078         | 0,725         | 0,402         |
|              | Santo Antônio de Lisboa   | 0,153         | 0,904         | 0,528         |
|              | São João da Canabrava     | 0,122         | 0,960         | 0,541         |
|              | São José do Piauí         | 0,050         | 0,862         | 0,456         |
|              | São Julião                | 0,293         | 0,768         | 0,531         |
|              | Sussuapara                | 0,222         | 0,774         | 0,498         |
| 5            | São Luís do Piauí         | 0,340         | 0,976         | 0,658         |
|              | Vila Nova do Piauí        | 0,021         | 0,880         | 0,451         |
| -            | <b>Bacia</b>              | <b>0,178</b>  | <b>0,837</b>  | <b>0,507</b>  |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

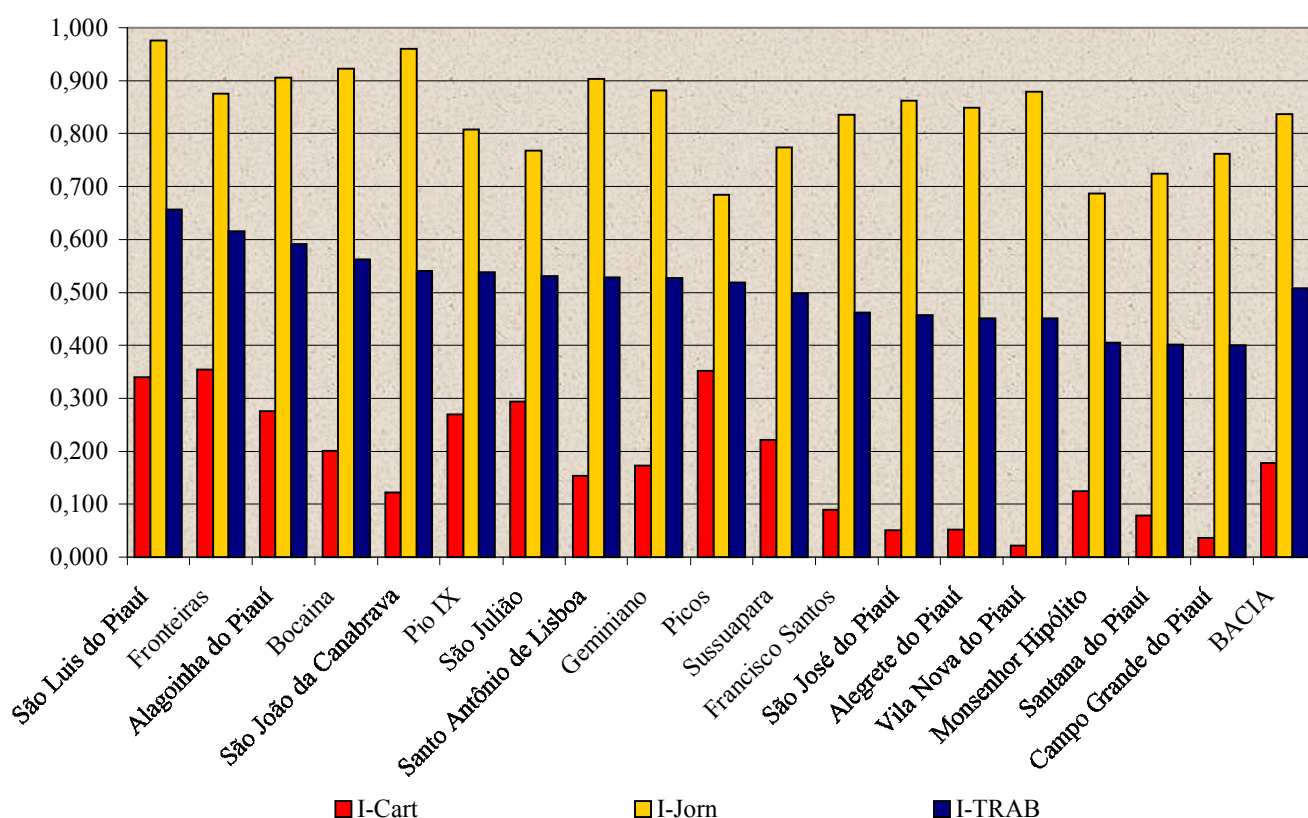


**Mapa 5 - Índice Parcial de Condições de Trabalho para os Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas, 2000**

Fonte: O autor (2004)

As atividades econômicas usam mão-de-obra familiar, seja em unidades agrícolas, seja em atividades comerciais, de prestação de serviços ou industriais. Os empreendimentos registrados como indústrias configuram, na maioria das vezes, pequenas empresas artesanais de transformação e/ou processamento de matérias primas locais, como mel, couro, madeira, castanhas e frutos.

O Indicador de carteira assinada (I-Cart) revela a precariedade das relações de trabalho, percebendo-se que um mercado de trabalho assalariado formal não se efetivou de fato em nenhum dos municípios da Bacia, mesmo naqueles onde há um dinamismo econômico maior. Os registros de maior existência de trabalhadores com carteira assinada ocorrem em Fronteiras e Picos, com I-Cart de 0,355 e 0,352, respectivamente (Gráfico 7). Esses indicadores mostram que nesses municípios 64,52% e 64,76% dos trabalhadores estão empregados sem carteira assinada.



**Gráfico 7 – Indicador de carteira assinada, Indicador de jornada de trabalho e Índice Parcial de Condições de Trabalho para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

Para um terço dos municípios da bacia do Guaribas o I-Cart não atinge sequer 0,100, apontando que mais de 90% das pessoas empregadas estão fora do mercado formal. Em Vila Nova do Piauí, cerca de 97,89% dessas pessoas não têm qualquer tipo de garantia trabalhista, fazendo com que o seu índice (0,021) seja quase 17 vezes menor que o de Fronteiras (0,355).

Enquanto no I-Cart todos os registros são localizados na faixa de baixas condições, o Indicador de jornada de trabalho (I-Jorn) mostra que 12 municípios estão com altas condições em relação à jornada de trabalho imposta aos trabalhadores e outros 6 apresentam I-Jorn com valores médios entre 0,684 e 0,774, o que indica que um percentual muito pequeno da força produtiva local possui uma carga horária de trabalho superior a 49 horas semanais.

Em Picos, percebe-se um dinamismo maior do mercado, com as atividades industriais e de serviço mais intensas, com maior nível de formalidade do emprego e de maior exploração da mão-de-obra, através da intensificação da jornada de trabalho. No município de Fronteiras, há uma fábrica de cimento com um grande número de pessoas vinculadas a essa produção, estabelecendo para parte da população, inclusive rural, um padrão de vida diferenciado dos demais municípios que exploram apenas atividades de subsistência.

Portanto, percebe-se que a elevada ocorrência de pessoas empregadas sem carteira assinada e com jornada de trabalho dentro do limite máximo de 49 horas é bastante representativa do tipo de atividade que se explora na região, visto que são poucos os municípios em que as atividades agropecuárias, basicamente familiares, não predominam.

## 5.5 O MEIO-AMBIENTE

Completando a apreciação do nível de bem-estar das populações da bacia do Guaribas, incorpora-se a discussão sobre o meio ambiente e as relações sociais ali existentes. Dessa forma, para a obtenção do Índice Parcial de Condições Ambientais (I-AMB), são consideradas as seguintes variáveis: *índice de qualidade de água* (IQA), *consumo médio*

*residencial de energia e taxa de domicílios com coleta de lixo*, que obedecem à seguinte ponderação:

$$I-AMB = 0,4(I-Iqa) + 0,3(I-Ener) + 0,3 (I-Lix)$$

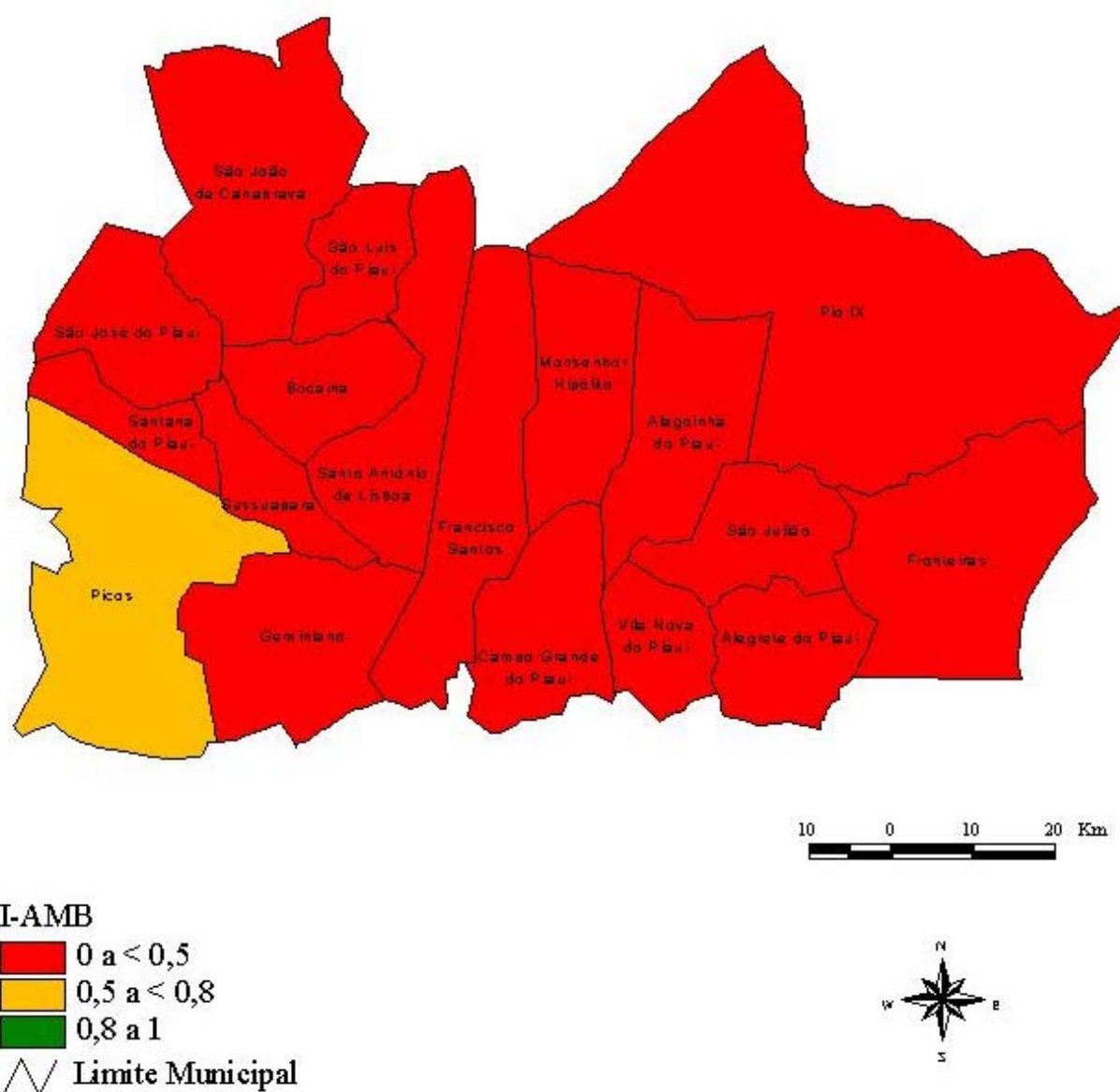
O comprometimento da qualidade de vida na Bacia deve-se, em parte, à vulnerabilidade ambiental provocada pelos condicionantes naturais que lhe são peculiares associados à ação impactante dos habitantes e ausência de serviços públicos que colaborem com a manutenção das condições adequadas ao desenvolvimento dessas populações. Dos elementos considerados como representativos nessa dimensão, a qualidade da água tem uma contribuição positiva para a maioria dos municípios, mesmo considerando-se a problemática da escassez desse recurso em regiões semi-áridas (Tabela 7).

**Tabela 7 – Índice Parcial de Condições Ambientais (I-AMB) para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

| Grupo | Unidade Geográfica      | I-Iqa        | I-Ener       | I-Lix        | I-AMB        |
|-------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1     | Picos                   | 0,366        | 0,681        | 0,584        | 0,504        |
| 2     | Pio IX                  | 0,602        | 0,347        | 0,293        | 0,463        |
| 3     | Fronteiras              | 0,602        | 0,407        | 0,253        | 0,474        |
| 4     | Alagoinha do Piauí      | 0,602        | 0,329        | 0,195        | 0,438        |
|       | Alegrete do Piauí       | 0,481        | 0,269        | 0,414        | 0,404        |
|       | Bocaina                 | 0,543        | 0,374        | 0,158        | 0,415        |
|       | Campo Grande do Piauí   | 0,481        | 0,312        | 0,184        | 0,371        |
|       | Francisco Santos        | 0,602        | 0,407        | 0,351        | 0,493        |
|       | Geminiano               | 0,481        | 0,323        | 0,146        | 0,367        |
|       | Monsenhor Hipólito      | 0,602        | 0,379        | 0,385        | 0,492        |
|       | Santana do Piauí        | 0,595        | 0,364        | 0,020        | 0,411        |
|       | Santo Antônio de Lisboa | 0,595        | 0,370        | 0,381        | 0,485        |
|       | São João da Canabrava   | 0,505        | 0,292        | 0,026        | 0,345        |
|       | São José do Piauí       | 0,595        | 0,221        | 0,201        | 0,404        |
|       | São Julião              | 0,602        | 0,324        | 0,316        | 0,461        |
|       | Sussuapara              | 0,595        | 0,422        | 0,000        | 0,424        |
| 5     | São Luís do Piauí       | 0,468        | 0,225        | 0,007        | 0,303        |
|       | Vila Nova do Piauí      | 0,481        | 0,268        | 0,116        | 0,344        |
| -     | <b>Bacia</b>            | <b>0,544</b> | <b>0,351</b> | <b>0,224</b> | <b>0,422</b> |

Fonte: CEPISA; Gil, Franco e Souza (1999); IBGE, Censo Demográfico 2000.

O I-AMB médio alcançado pelo município de Picos (Mapa 6), deve-se basicamente à maior cobertura de serviços públicos de coleta de lixo e ao consumo de energia elétrica.

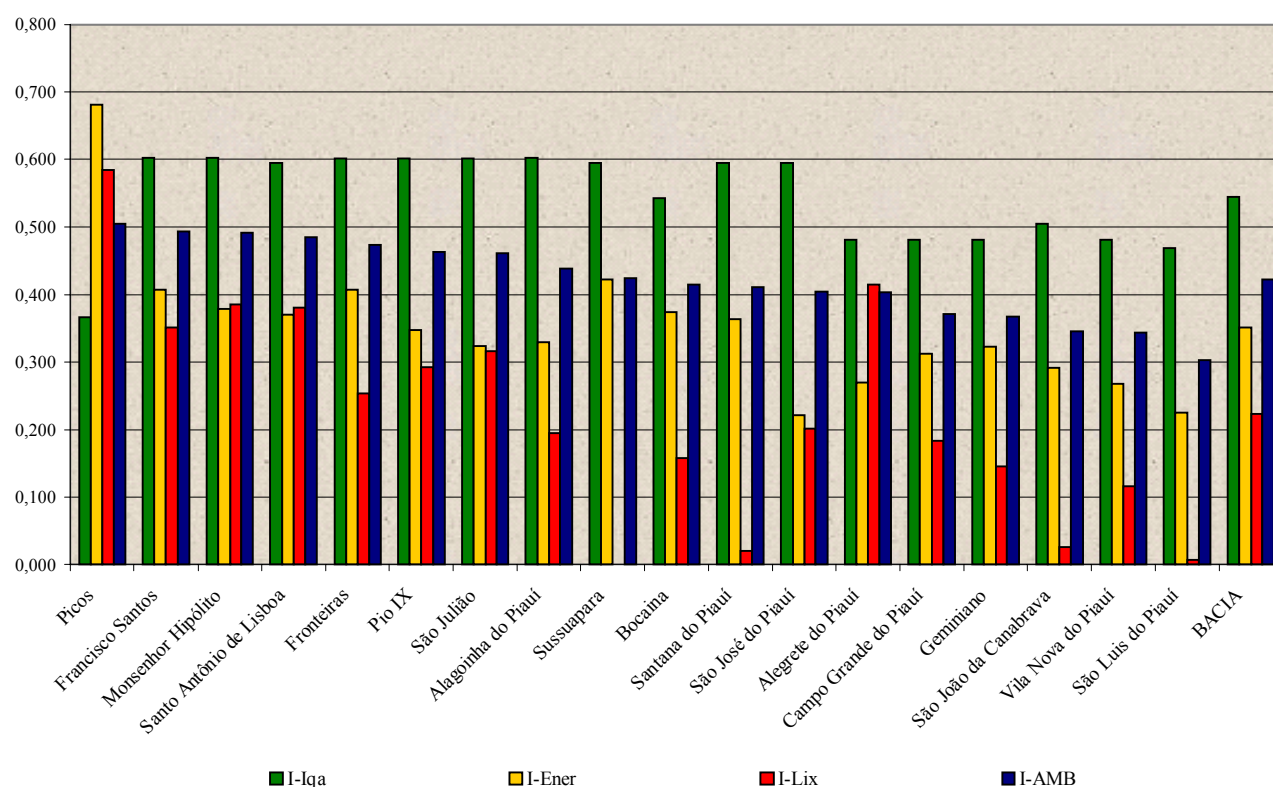


Mapa 6 - Índice Parcial de Condições Ambientais para os Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas, 2000

Fonte: O autor (2004)

Em Picos, o quadro natural apresenta uma vulnerabilidade acentuada pela intensa pressão demográfica e por fatores diretamente vinculados ao rio Guaribas. Aquino e Veloso Filho (2000) atestam que o crescimento desordenado da cidade, com a ocupação das margens do rio em desrespeito aos limites legais da área de preservação permanente, aumenta a incidência de esgotos e lixo a serem lançados, acentuando a problemática ambiental no seu perímetro urbano.

Analisando as variáveis que se agregam para a composição do I-AMB, tem-se que, para a Bacia, o Indicador de qualidade de água (I-Iqa) se apresenta mediano (0,544), o que, segundo a escala de classificação da qualidade da água, representaria uma água de boa qualidade. Já o Indicador de energia elétrica (I-Ener) e o Indicador de serviço de coleta de lixo (I-Lix) se mostram medíocres (Gráfico 8).



**Gráfico 8 – Indicador de qualidade de água, Indicador de energia elétrica, Indicador de serviço de coleta de lixo e Índice Parcial de Condições Ambientais para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).



A qualidade da água depende diretamente de sua disponibilidade. De modo geral, a região carece de um sistema mais amplo de contenção dos fluxos d'água que escoam sobre a superfície, regulando as vazões e mantendo os aquíferos. Esses reservatórios podem ser barragens ou outros tipos de sistema de perenização, uma vez que, à medida em que os cursos secam, pioram ou se extinguem as possibilidades de uso desse recurso para o suprimento das necessidades das populações. A população, então, busca fontes alternativas, como carros-pipa, poços ou nascentes, ou, ainda, das cisternas que têm sido uma boa alternativa para a captação da água das chuvas que, embora sem qualquer regularidade no tempo-espaço, cai, com possibilidades de aproveitamento e com qualidade.

O consumo de água saudável é um elemento vital para a manutenção da qualidade de vida, uma vez que menos doenças são registradas, com conseqüente redução das taxas de mortalidade e uma expectativa de vida maior e mais produtiva. Em 12 municípios, o I-Iqa apresenta condições médias. Em Monsenhor Hipólito, Francisco Santos, São Julião, Pio IX, Fronteiras, Alagoinha do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São José do Piauí, Santana do Piauí, Sussuapara e Bocaina as amostras dão conta de uma água de **qualidade boa**, enquanto em São João da Canabrava, têm-se uma **qualidade aceitável**.

Para todos os municípios da Bacia o aproveitamento das águas para abastecimento precisa de tratamento prévio, menos rígido nas localidades em que a qualidade dos mananciais apresentam-se em boas condições, o que ocorre pelo menos no período em que as chuvas se intensificam. São localidades que não registram pressão antrópica intensa ou quaisquer atividades produtivas que comprometam as condições dos mananciais disponíveis para a população. Essa água é utilizada, no período chuvoso, para todas as demandas das famílias, dentre as quais se destacam, além do abastecimento, a dessedentação de animais, manutenção de culturas agrícolas e desenvolvimento de práticas esportivas e de recreação.

As restrições no I-Iqa verificadas para os municípios Alegrete do Piauí, Campo Grande do Piauí, Geminiano e Vila Nova do Piauí decorrem da diminuição da vazão ou volume d'água no riacho São João, afluente do rio Guaribas, que eleva a poluição quando cessam as chuvas. Em menor escala, decorrem da ação direta das populações que contribuem para a degradação desse afluente do rio Guaribas, principalmente, pelo lançamento de esgotos diretamente no seu curso e favorecimento do assoreamento, prejudicando a capacidade de armazenamento e fluxo da água.

O I-Iqa baixo obtido por São Luís do Piauí (0,468) deve-se às mesmas condições de insuficiência no volume d'água. O rio Guaribas, no ponto a montante da barragem de Bocaina, não é perene e apresenta escoamento em apenas três meses do ano e sofre ainda reflexos da ação antrópica, em menor proporção.

Já no município de Picos, que acusa o pior I-Iqa (0,366), as causas são mais sérias. O rio Guaribas recebe boa parte do lixo e dos esgotos doméstico, hospitalar e industrial que a cidade produz. Com um volume d'água bastante reduzido pela barragem de Bocaina e pelo nível de assoreamento, o rio converte-se em um esgoto a céu aberto, foco de doenças e de desconforto não apenas para os habitantes de áreas ribeirinha, mas para toda a população. As amostras retiradas no seu perímetro urbano foram classificadas como **impróprias para tratamentos convencionais**, exigindo maiores investimentos tanto para a adequação às condições de consumo, quanto para a assistência médico-hospitalar às pessoas que são afetadas pela sua forte contaminação.

No que se refere ao consumo de energia elétrica, as populações não têm tido oportunidades de utilizar, de forma mais ampla, essa fonte energética. Considerando o grau de desenvolvimento alcançado pela Humanidade, em que a energia elétrica tornou-se uma necessidade que permite avanços tanto ao crescimento de atividades produtivas como na melhoria das condições de vida, para muitos municípios do nordeste brasileiro, no início do século XXI, essa realidade ainda não se concretizou.

Atualmente, afirmar de onde provém a energia elétrica distribuída pela rede e consumida nos lares é hipotético, em virtude do sistema de compra e venda de energia estabelecido pelas concessionárias do setor, que consolidaram um *Mercado Atacadista de Energia*, abrangendo empresas geradoras e distribuidoras. Não se pode assegurar com segurança, por exemplo, de que usina deriva a energia aproveitada pelas populações da bacia do Guaribas e qual o impacto que esse consumo provoca no ambiente.

A matriz energética brasileira, montada a partir de usinas hidrelétricas, é caracterizada como uma energia limpa e renovável, embora produza grandes impactos ao ambiente, afetando ecossistemas locais em suas várias formas de vida, tanto na formação dos grandes reservatórios quanto na construção das linhas de transmissão. O grande problema em

relação ao seu uso intensivo é a impossibilidade de expansão da oferta em um ritmo exigido pelo crescimento produtivo e populacional, que demandam a maior parte da energia.

A disponibilidade da energia elétrica faz com que outros recursos naturais, como a vegetação, sejam poupados, mantendo condições de equilíbrio ambiental, principalmente em uma região em que 77,8% dos municípios têm população predominantemente rural, e que a lenha é uma das fontes energéticas mais aproveitadas nesse meio<sup>27</sup>.

No entanto, ao I-Ener importa captar um nível mínimo de conforto, considerando o uso ótimo de energia, sem ocorrência de desperdícios ou de sobre-utilização. A energia elétrica propicia um ganho qualitativo de grande relevância através de uma gama de usos nos domicílios, através da aquisição e uso de bens de consumo duráveis. Vale reforçar que o consumo de energia elétrica tem uma estreita relação com o contingente populacional, a renda domiciliar e o preço que é cobrado por ela.

A análise de indicadores de energia elétrica pode levar a interpretações contraditórias, uma vez que quanto maior o consumo de energia, maior o impacto ambiental provocado. De acordo com o IBGE (2002, p. 140), ao limitar o consumo de energia pode-se incorrer em riscos ao processo de desenvolvimento, no entanto, para “um desenvolvimento sustentável deve-se atender às demandas através do aumento da eficiência energética, compatibilizando a oferta de energia com a proteção ambiental”.

Diante disso, pode-se determinar um limite máximo a partir do qual o consumo acarretaria intensificação dos impactos ambientais com expansão de sua oferta. Esse limite pode ser, por exemplo, 250 kWh/mês, medida fixada pelo Governo Federal no ano de 2001, quando adotou-se um sistema de racionamento para sanar a grave crise energética no Brasil. Pressupõe-se que essa estimativa considera a oferta disponível, não impactando o meio ambiente para além das pressões já existentes.

---

<sup>27</sup> Silva Filho, Lima e Ferreira (1994) demonstraram em estudo de caso que no município piauiense de Gilbués, com população predominantemente rural (82,43%), a utilização da lenha é intensa. A pesquisa revela que 88,55% da energia consumida no município provinha de lenha, com maior consumo médio na zona rural. Outras fontes de energia, como o gás liquefeito de petróleo (GLP) e o carvão vegetal são coadjuvantes no uso doméstico, atendendo a apenas 11,45% da demanda cotidiana. Verificou-se, ainda, que o consumo de GLP no meio rural decorre da sobra em botijões utilizados em veículos automotores. Considerando que nessas localidades as atividades produtivas tradicionais são preponderantes, o aproveitamento da lenha e do carvão vegetal se convertem em uma fonte energética considerável.

O estabelecimento de um limite máximo de consumo pode sinalizar que qualquer incremento adicional de energia não representariam ganhos essenciais de qualidade de vida, porque a partir desse teto, configurar-se-ia apenas empregos supérfluos, que se converteriam em excessos ou impactos significativos sobre a natureza.

Dessa forma, o uso de energia elétrica muito abaixo dessa medida pode trazer indícios de subutilização, ou mais ainda, que parte significativa dos domicílios poderiam estar excluídos do acesso a esse serviço. Daí o entendimento de a redução aleatória do consumo não conduz, necessariamente, a uma melhor qualidade de vida, ou seja, concebe-se que um menor consumo energético (tendendo a zero), promoveria *parcialmente* a proteção dos recursos ambientais, e ainda, reduziria sensivelmente o conforto das famílias, pela impossibilidade de desfrutar de vários bens de consumo duráveis, com reflexos diretos e indiretos na educação e saúde dos seus membros.

Considerando-se que a cesta básica de eletricidade estimada no consumo médio de 177 kWh/mês possibilita um conforto mínimo às famílias, e que no estado do Piauí apenas o município de Teresina apresenta um consumo médio aproximado desse valor (170,06 kWh/mês), este dado é, para os municípios da Bacia, um quadro indicativo de sérias restrições energéticas.

O único município a apresentar uma condição média é Picos, com um I-Ener de 0,681, que pode ser atribuído ao conjunto de elementos que fazem daquele município o mais desenvolvido na região, dentre os quais o maior nível de renda, o maior acesso a serviços públicos, a maior taxa de urbanização e o grande contingente populacional que lá reside e exerce atividades econômicas.

O município de Pio IX figura em nona posição, com um consumo médio de apenas 65,09 kWh/mês, o que representa 38,27% do consumo médio da Capital. Fronteiras posiciona-se como o terceiro melhor indicador na Bacia, com um consumo médio de 74,70 kWh/mês, que não supera 43,92% do melhor valor alcançado no Estado.

Entre os municípios com população de 4.000 a 8.000 habitantes, a carência e as disparidades continuam a se revelar: o pior valor é alcançado por São José do Piauí, cujo consumo residencial é de apenas 44,85 kWh/mês, enquanto Sussuapara consome, em média,

77,14 kWh/mês, o segundo valor mais representativo entre os 18 municípios, explicado pela proximidade e influência de Picos, cujos padrões sócio-econômico e cultural são incorporados. Nesse município, embora a renda *per capita* não seja elevada, um grande número de famílias dispõe de bens duráveis nos seus domicílios.

No agrupamento 5, os municípios de Vila Nova do Piauí e São Luís do Piauí aparecem entre os que têm menor consumo domiciliar. São apenas 52,38 kWh/mês e 45,42 kWh/mês, em média, insuficientes para a manutenção de uma geladeira ligada durante o período de um mês, segundo a cesta básica de eletricidade.

Em relação ao serviço de coleta de lixo nos municípios, a situação é crítica. Verifica-se uma tendência de que os maiores indicadores de coleta de lixo estejam nos municípios mais urbanizados. Fazendo com que aqueles de população predominantemente rural não tenham outra alternativa para dar destino aos seus dejetos que não a queima e/ou o lançamento em terrenos baldios, em cursos d'água ou em outras áreas que favorecem a contaminação dos solos e das águas, com conseqüente proliferação de doenças.

Mesmo nos municípios com taxa de urbanização superior a 50%, o sistema de coleta ainda se mostrava insuficiente, cobrindo apenas parte dos domicílios. A melhor cobertura era a de Picos, com 58,43% dos domicílios assistidos, seguido por Alegrete do Piauí, com 41,42% dos domicílios cuja coleta era feita pelo Serviço de Limpeza Pública.

Nos municípios de Pio IX e Fronteiras, respectivamente, apenas 29,26% e 25,31% dos lares tinham seus resíduos coletados. Fronteira toma uma feição mais preocupante haja vista que 57,39% da população vive no perímetro urbano da cidade, demonstrando uma deficiência na ação pública, com reflexos diretos no meio ambiente e na sociedade.

Em Sussuapara, não se registrava, no ano 2000, a existência de serviço de coleta de lixo pelo setor público, fazendo com que terrenos baldios e logradouros públicos fossem os maiores receptores da carga de resíduos produzidos pelas famílias. Situação semelhante a São Luís do Piauí, em que menos de 1% dos domicílios dispunham desse serviço público; e São João da Canabrava e Santana do Piauí, com menos de 3% dos lares atendidos.

O lixo, quando coletado, é normalmente destinado a áreas sem condições propícias de acondicionamento de dejetos. Os aterros sanitários, espaços adequados para receber tais materiais, são, na verdade, grandes depósitos, os “lixões”, sem qualquer cuidado especial quanto às suas conseqüências para a manutenção da qualidade dos recursos naturais, principalmente os solos e as águas, bem como para a salubridade das pessoas.

Percebe-se que a **Dimensão Ambiental** espelha a organização social instalada no meio natural em questão, uma vez que sofre intervenções diretas desses elementos e finda por também influenciá-los, tornando-se, portanto, uma condição que traspassa cada aspecto da vida de cada habitante de qualquer local. Nos municípios da Bacia, embora ocorra a degradação do ambiente, este ainda consegue atender as condições essenciais de equilíbrio e de manutenção da vida, nas mais diversas formas.

## 5.6 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO GUARIBAS

O IDSG configura-se como um índice-síntese, que objetiva operacionalizar a percepção do nível de atendimento das necessidades materiais básicas e as condições de ganhos qualitativos nas condições de vida das populações desse espaço socioeconômico, pela agregação das cinco dimensões avaliadas. Dessa forma, o IDSG é calculado a partir da seguinte equação:

$$\text{IDSG} = (\text{I-EDUC} + \text{I-SAUD} + \text{I-ECON} + \text{I-TRAB} + \text{I-AMB}) / 5$$

Para a unidade da Bacia, o IDSG é dado pela média dos valores obtidos pelos 18 municípios, sendo portanto, um índice-médio.

No limiar do século XXI, com todos os avanços sociais, políticos e econômicos existentes, ainda persistem nos municípios da Bacia indicativos de uma sociedade carente de instrumentos que garantam um patamar digno de vida. As condições mais elementares, como

o acesso à água em quantidade e qualidade e um nível de renda mínimo, ainda são aspirações não realizadas para parcela considerável desse contingente humano, o que contribui para que o IDSG obtenha um valor de 0,486, classificando o conjunto dos municípios da bacia do Guaribas em condições de baixo bem-estar (Tabela 8).

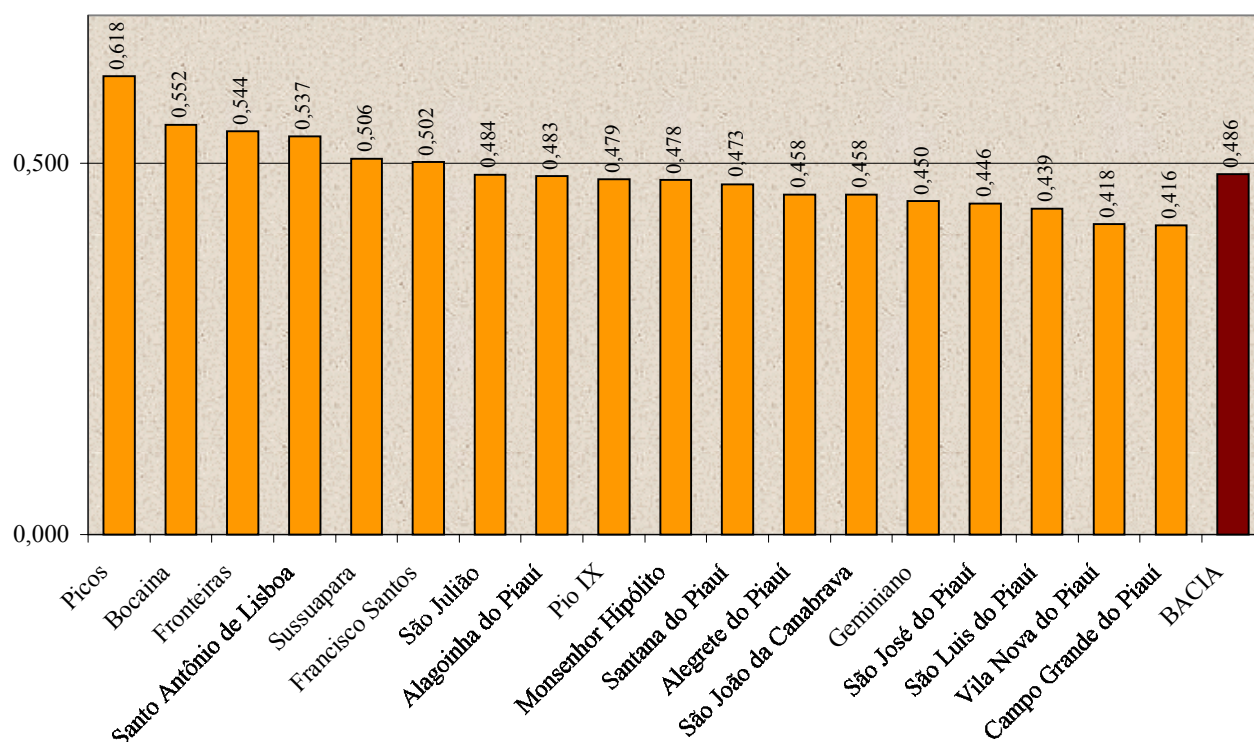
**Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Sustentável para os Municípios da Bacia do Rio Guaribas (IDSG) – 2000.**

| Grupo | Unidade Geográfica      | I-EDUC       | I-SAUD       | I-ECON       | I-TRAB       | I-AMB        | IDSG         |
|-------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1     | Picos                   | 0,757        | 0,707        | 0,602        | 0,518        | 0,504        | 0,618        |
| 2     | Pio IX                  | 0,621        | 0,448        | 0,324        | 0,538        | 0,463        | 0,479        |
| 3     | Fronteiras              | 0,655        | 0,523        | 0,452        | 0,615        | 0,474        | 0,544        |
| 4     | Alagoinha do Piauí      | 0,590        | 0,439        | 0,356        | 0,591        | 0,438        | 0,483        |
|       | Alegrete do Piauí       | 0,608        | 0,403        | 0,426        | 0,451        | 0,404        | 0,458        |
|       | Bocaina                 | 0,732        | 0,608        | 0,443        | 0,562        | 0,415        | 0,552        |
|       | Campo Grande do Piauí   | 0,629        | 0,404        | 0,279        | 0,399        | 0,371        | 0,416        |
|       | Francisco Santos        | 0,668        | 0,476        | 0,410        | 0,462        | 0,493        | 0,502        |
|       | Geminiano               | 0,613        | 0,427        | 0,317        | 0,527        | 0,367        | 0,450        |
|       | Monsenhor Hipólito      | 0,634        | 0,473        | 0,389        | 0,405        | 0,492        | 0,478        |
|       | Santana do Piauí        | 0,626        | 0,555        | 0,370        | 0,402        | 0,411        | 0,473        |
|       | Santo Antônio de Lisboa | 0,684        | 0,515        | 0,471        | 0,528        | 0,485        | 0,537        |
|       | São João da Canabrava   | 0,643        | 0,466        | 0,296        | 0,541        | 0,345        | 0,458        |
|       | São José do Piauí       | 0,585        | 0,483        | 0,301        | 0,456        | 0,404        | 0,446        |
|       | São Julião              | 0,656        | 0,398        | 0,376        | 0,531        | 0,461        | 0,484        |
|       | Sussuapara              | 0,680        | 0,532        | 0,397        | 0,498        | 0,424        | 0,506        |
| 5     | São Luís do Piauí       | 0,622        | 0,372        | 0,242        | 0,658        | 0,303        | 0,439        |
|       | Vila Nova do Piauí      | 0,670        | 0,351        | 0,275        | 0,451        | 0,344        | 0,418        |
| -     | <b>Bacia</b>            | <b>0,649</b> | <b>0,477</b> | <b>0,374</b> | <b>0,507</b> | <b>0,422</b> | <b>0,486</b> |

Fonte: O autor (2004)

As adversidades climáticas afetam diretamente as condições de vida da população sertaneja, configurando-se em uma problemática transversal, que se reflete em todas as demais dimensões da vida dessa população. A seca é um flagelo constante que extrapola o caráter climatológico e se enraíza na formação de uma identidade cultural, que determina, dentre outros aspectos, sua conformação social, sistema de produção econômica, a manutenção do homem no seu meio e as relações de trabalho ali estabelecidas.

Associada a isso, a ineficiente cobertura de serviços públicos essenciais determina a precariedade nas condições de bem-estar desse contingente populacional, em que a ausência de políticas específicas nas áreas da saúde, renda e ambiente são determinantes para que 66,67% dos 18 municípios não possuam um padrão de vida digno, mostrado pelo baixo IDSG (Gráfico 9).

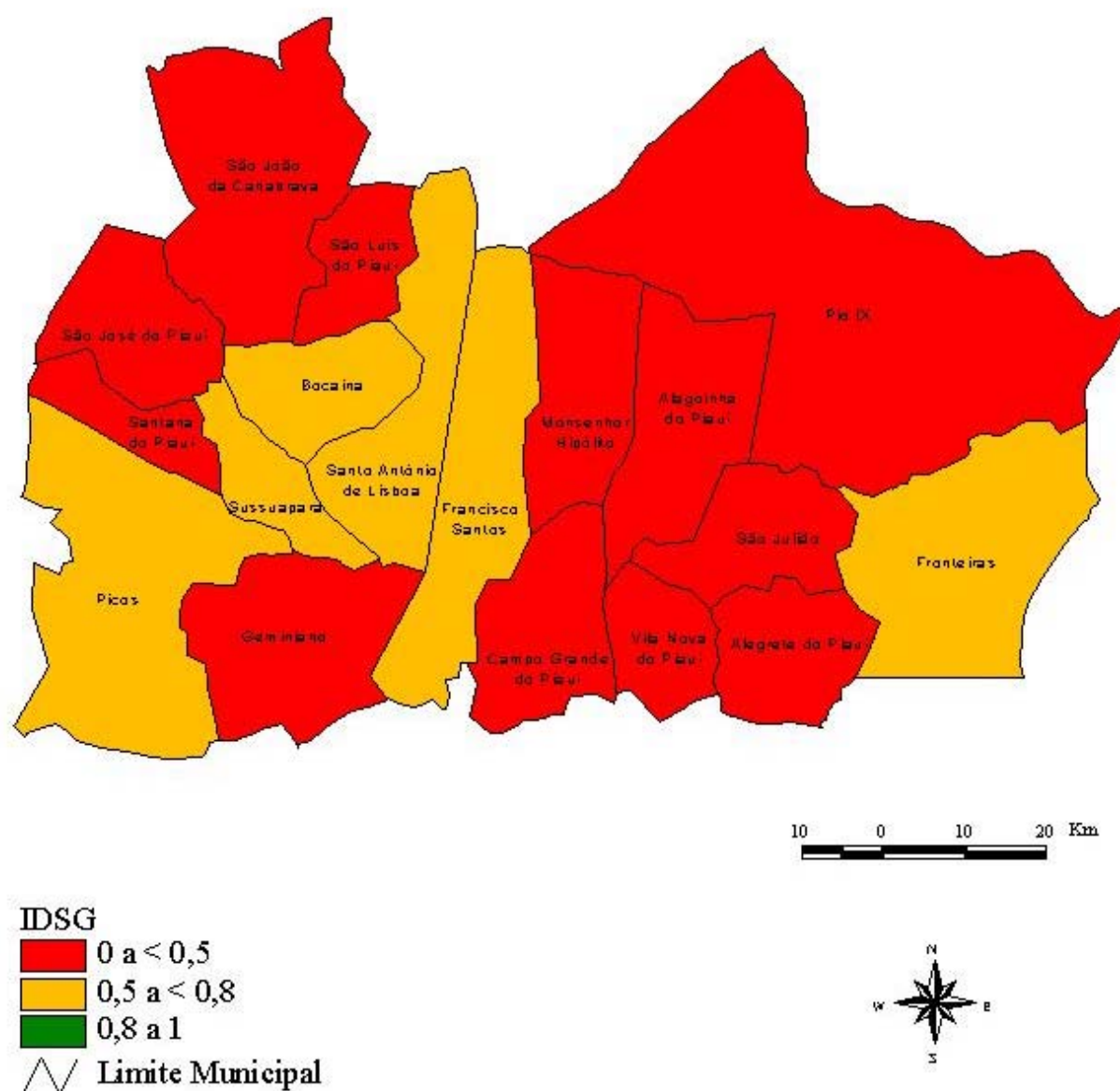


**Gráfico 9 – Índice de Desenvolvimento Sustentável para os Municípios da Bacia do Rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

De modo geral, apenas seis municípios apresentam médias condições de bem-estar, com IDSG superior a 0,500: Francisco Santos (0,502), Santo Antônio de Lisboa (0,537), Fronteiras (0,544), Sussuapara (0,506), Bocaina (0,552) e Picos (0,618) (Mapa 7).





**Mapa 7 - Índice de Desenvolvimento Sustentável para os Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas, 2000**

Fonte: O autor (2004)

Picos é único município, dentre os 18 que compõem a Bacia, que obteve classificação média em todas as dimensões analisadas. Esse bom desempenho corrobora a sua condição de centro dinâmico não só da Região, mas também do estado do Piauí. Nesse município, os aspectos positivos são a sua força econômica e a extensiva cobertura de serviços públicos que servem à população, enquanto sua maior vulnerabilidade reside na intensa degradação ambiental em que está envolto. No perímetro urbano, o rio Guaribas agoniza com o volume de dejetos advindos do lançamento de esgotos sem qualquer tratamento e de lixo no seu leito. É o município em que a população tem uma responsabilidade expressiva sobre as péssimas condições ambientais e também a maior prejudicada pelo refluxo provocado pela sua pressão antrópica.

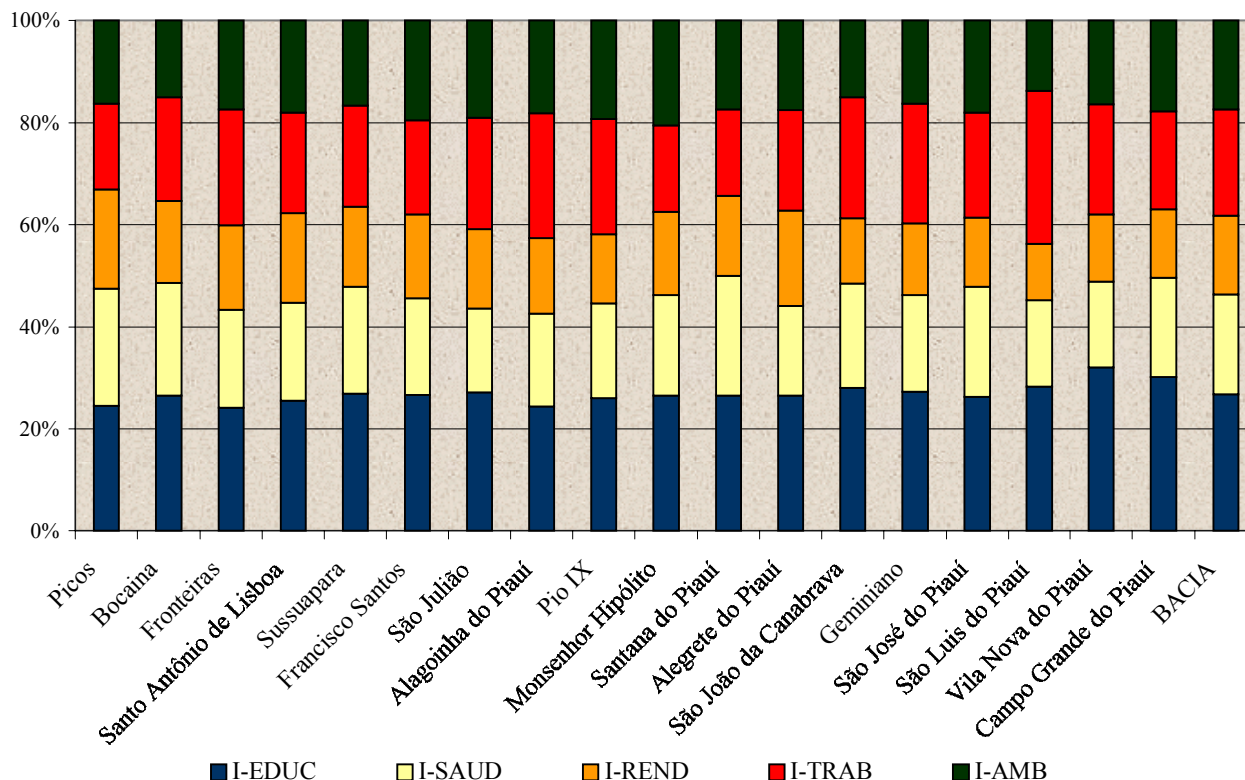
O município de Pio IX apresenta uma condição de desenvolvimento baixa (0,479), devido à fragilidade percebida nas dimensões econômica, saúde e ambiental. De acordo com a classificação do IDSG, ocupa a nona posição entre os municípios, carecendo, portanto de ações que dinamizem a sua economia e minorem as carências de serviços públicos, principalmente aquelas que tenham impacto direto nas condições de saúde.

Em Fronteiras, as condições econômicas e ambientais são as únicas dimensões a apresentar indicadores baixos. No geral, o município apresenta boas condições de vida, com um IDSG de 0,544. Essa situação também é percebida em Bocaina (0,552) e Santo Antônio de Lisboa (0,537), municípios com populações pequenas mas que conseguiram atingir condições melhores que a maioria das demais localidades com condições similares.

Os indicadores menos representativos foram percebidos nos municípios criados na última década e que têm influência menos direta de Picos. Campo Grande do Piauí (0,416) e Vila Nova do Piauí (0,418) têm os piores resultados no cômputo do IDSG. Esses municípios, localizados na Microrregião Alto Médio Canindé, fora do entorno de Picos, são casos típicos de municípios desmembrados em meados da década de 1990 que não disponibilizaram de forma ampla, até o ano 2000, unidades de saúde, sistemas de abastecimento de água, de esgotos, de coleta de lixo, dentre outros. Suas condições de renda e ambientais estão entre aquelas de nível menos expressivo.

Verificando-se a contribuição de cada uma das dimensões no cômputo do IDSG, tem-se que **Educação** participa de maneira representativa, enquanto as **Condições**

**Econômicas** são a que menos contribui, relativamente, para a qualidade de vida na Bacia (Gráfico 10).



**Gráfico 10 – Contribuição percentual das dimensões Educação, Saúde, Condições Econômicas, Condições de Trabalho e Condições Ambientais na composição do IDSG para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Fonte: O autor (2004).

Concluindo a análise dos dados, observa-se que a Educação tem um papel relevante na determinação da qualidade de vida das populações da bacia do Guaribas, neste momento, mas também em uma perspectiva futura, pois a formação de capital humano é imprescindível para que o desenvolvimento humano sustentável possa ocorrer.

O problema mais sério e imediato que se apresenta, nesses municípios, é a ocorrência de um nível de renda ínfimo, que compromete as condições de sobrevivência das pessoas, privando-as de elementos essenciais à sua reprodução e satisfação pessoal: serviços de saúde, nutrição adequada, espaços de lazer, dentre outros.

No entanto, as condições ambientais, numa perspectiva de longo prazo, também inspiram cuidados e têm que ser consideradas a partir da racionalização do uso dos

recursos naturais e preservação de seus atributos intrínsecos e essenciais à manutenção do ambiente; afinal, o desenvolvimento se justifica pela perspectiva de ganhos na qualidade de vida, que promove não só a cidadania plena, mas seres humanos capazes de perceber os seus avanços, reivindicar direitos e contribuir para a realização de um ideal de sociedade mais justa e sustentável.